

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação



**Democratização da política cultural: debate sobre o desenvolvimento e
inclusão pelo Programa Cultura Viva**

Matheus Islabão Martins

Pelotas, 2023

Matheus Islabão Martins

**Democratização da política cultural: debate sobre o desenvolvimento e
inclusão pelo Programa Cultura Viva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Etiene Villela Marroni

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

M379d Martins, Matheus Islabao

Democratização da política cultural [recurso eletrônico] : debate sobre o desenvolvimento e inclusão pelo Programa Cultura Viva / Matheus Islabao Martins ; Etiene Villela Marroni, orientadora. — Pelotas, 2023.
88 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Programa Cultura Viva. 2. Pontos de cultura. 3. Políticas culturais.
4. Desenvolvimento. I. Marroni, Etiene Villela, orient. II. Título.

CDD 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Matheus Islabão Martins

Democratização da política cultural: debate sobre o desenvolvimento e inclusão pelo Programa Cultura Viva

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31/01/2024.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Etiene Villela Marroni (Orientadora)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. William Daldegan de Freitas

Doutor em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP / UNICAMP / PUC-SP)

Prof. Dr. Marcio José Melo Malta

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do PPGCPol, em especial à minha orientadora Etiene Villela Marroni. Sem o seu apoio e estímulo, eu não teria conseguido chegar ao final desse percurso. Agradeço também a todos os amigos e familiares que me apoiaram nesse desafio e, principalmente, à minha esposa Samanta pela imensa parceria e, sobretudo, paciência.

RESUMO

MARTINS, Matheus Islabão. **Democratização da política cultural:** debate sobre o desenvolvimento e inclusão pelo Programa Cultura Viva. Orientadora: Etiene Villela Marroni. 2023. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente dissertação aborda o tema das políticas culturais e a centralidade por elas adquirida a partir do Governo Lula I, em 2003. Naquele momento, sobretudo a partir do Programa Cultura Viva e de sua principal ação, os Pontos de Cultura, a política cultural passou a ser concebida como um importante instrumento de inclusão social. A hipótese testada partiu da premissa de que o Programa Cultura Viva, consolidado no governo Lula I, diversificou as demandas culturais do Brasil a partir da adoção de um conceito ampliado de desenvolvimento, proporcionando maior amplitude aos projetos regionais e conectando *cultura* ao *desenvolvimento* inclusivo no país. Procurou-se estabelecer um debate acerca das implicações práticas na inclusão social proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do Programa Cultura Viva. Para tanto, buscou-se descrever o histórico do Ministério da Cultura, debater a política cultural implementada pelo Governo Lula I, apresentar o Programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura e revisar o referencial teórico acerca do conceito ampliado de desenvolvimento a partir dos aportes teóricos de Celso Furtado e Amartya Sen. A metodologia adotada consistiu na análise de dois documentos oficiais do Ministério da Cultura acerca do Programa Cultura Viva. Tal análise foi dividida em duas etapas: no primeiro momento, procedeu-se à aplicação do método da Análise de Conteúdo, nos moldes preconizados por Laurence Bardin. Para tanto, ancorado nas teorias do desenvolvimento apresentadas por Celso Furtado e Amartya Sen, foram definidas as palavras-chave a serem buscadas no *corpus* de análise. No segundo momento, abordaram-se os dados práticos, ou seja, os resultados verificados no documento de avaliação do programa, bem como suas implicações para a efetivação de uma inclusão social. O resultado da análise confirmou a ocorrência de um entendimento ampliado do conceito de desenvolvimento nos dois documentos do Ministério da Cultura, postura essa que transformou as políticas culturais daquele período em um importante instrumento de fortalecimento da diversidade cultural brasileira, bem como de um ampliado processo de inclusão social.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva. Pontos de Cultura. Políticas culturais. Desenvolvimento.

ABSTRACT

MARTINS, Matheus Islabão. **Democratization of cultural policy**: debate on development and inclusion through the Cultura Viva Program. Advisor: Etiene Villela Marroni. 2023. Dissertation (Master of Political Science) – Graduate Program in Political Science, Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas-RS, 2023.

This dissertation addresses the theme of cultural policies and the centrality they acquired from Lula Government in 2003. At that time, especially from the Cultura Viva Program and its main action, the Pontos de Cultura, cultural policy became to be conceived as an important instrument of social inclusion. The hypothesis tested based on the premise that the Cultura Viva Program, consolidated during the Lula I government, diversified Brazil's cultural demands through the adoption of an expanded concept of development, providing greater breadth to regional projects and connecting culture to inclusive development in the country. An attempt was made to establish a debate about practical implications for social inclusion provided by the expansion of the concept of development in the formulation of the Cultura Viva Program. Therefore, we sought to describe the history of the Ministry of Culture, debate the cultural policy implemented by the Lula I Government, to present the Cultura Viva Program and its main action, the Pontos de Cultura, and review the theoretical framework regarding the expanded concept of development to based on the theoretical contributions of Celso Furtado and Amartya Sen. The methodology adopted consisted of the analysis of two official documents from Ministry of Culture regarding the Cultura Viva Program. This analysis was divided into two stages: firstly, the Content Analysis method was applied, along the lines recommended by Laurence Bardin. Therefore, anchored in the development theories presented by Celso Furtado and Amartya Sen, the keywords to be searched for in the corpus of analysis were defined. In the second moment, practical data was addressed, that is, the results verified in the program evaluation document, as well as their implications for the implementation of social inclusion. The result of the analysis confirmed the occurrence of an expanded understanding of the concept of development in the two documents of the Ministry of Culture, a stance that transformed the cultural policies of that period into an important instrument for strengthening Brazilian cultural diversity, as well as an expanded process of social inclusion.

Keywords: Cultura Viva Program. Pontos de Cultura. Cultural policies. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
CFC	Conselho Federal de Cultura
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINC	Ministério da Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Fazendo cultura. 47
- Figura 2:** Logotipo do Programa Cultura Viva. 49
- Figura 3:** Publicidade do Festival Cultura Viva sediado em Cabo Frio - RJ. 54
- Figura 4:** Manifestações populares. 56
- Figura 5:** Cultura por todos os cantos. 58
- Figura 6:** Arte indígena. 59
- Figura 7:** Dispersão geográfica dos Pontos de Cultura nos municípios brasileiros em dezembro de 2007. 70
- Figura 8:** Distribuição de atividades realizadas antes da criação do ponto de cultura, por Região 71
- Figura 9:** Pessoas que trabalharam nos Pontos de Cultura. 71
- Figura 10:** Pessoas que frequentam os Pontos de Cultura. 72
- Figura 11:** Perfil das pessoas que trabalham nos Pontos de Cultura (em %). 72
- Figura 12:** Atividades desenvolvidas nos pontos de cultura (em %). 73
- Figura 13:** Público-alvo do programa. 73
- Figura 14:** Espaços presentes nos Pontos de Cultura (em %). 74
- Figura 15:** Dificuldades verificadas na elaboração do projeto (em %). 74
- Figura 16:** Dificuldades de acesso aos Pontos de Cultura. 75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ocorrências de palavras-chave selecionadas no primeiro documento analisado.....	65
Quadro 2: Ocorrências de palavras-chave selecionadas no primeiro documento analisado.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 O CAMINHO PARA A CULTURA	15
2.1 Tipo de pesquisa e técnica de análise.....	15
2.2 Universo da pesquisa.....	17
2.3 Corpus de análise.....	17
2.4 Considerações acerca das escolhas metodológicas	18
2.5 Aspectos importantes para a aplicação do método	21
3 DESENVOLVIMENTO E CULTURA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS	23
3.1 Considerações sobre desenvolvimento e cultura em Celso Furtado	23
3.2 Amartya Sen e o desenvolvimento como liberdade.....	32
3.3 Percepções sobre Cultura e a evolução das políticas culturais no Brasil	38
4 UM RAIOS DA CULTURA: A CARACTERIZAÇÃO DO CULTURA VIVA: CULTURA COMO DIREITO, CIDADANIA E ECONOMIA.....	45
4.1 Os objetivos e público prioritário do Programa Cultura Viva	49
4.2 As cinco ações que compunham o Programa Cultura Viva	50
4.3 Pontos de Cultura: a base efetiva do Programa Cultura Viva	53
4.3.1 Aspectos operacionais e burocráticos dos Pontos de Cultura	60
5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INFERÊNCIAS.....	62
5.1 Apresentação.....	62
5.2 Análise.....	64
5.2.1 Primeira etapa da análise: identificação do conceito	64
5.2.2 Segunda etapa da análise: apresentação de alguns dados práticos	68
5.3 Inferências e discussão.....	74
5.3.1 Testagem da hipótese e inferências a partir da primeira etapa da análise – A ocorrência das palavras-chave no corpus da pesquisa	74
5.3.2 Testagem da hipótese: verificação do conceito de desenvolvimento de Celso Furtado.....	75
5.3.3 Testagem da hipótese: verificação do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen.....	77

5.3.4 Inferências e discussão a partir das informações levantadas na segunda etapa da análise – Os dados empíricos levantados pela avaliação do Programa Cultura Viva	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Pensar a cultura em um país continental como o Brasil implica pensar em um objeto com alto grau de complexidade, não apenas no porte territorial, bem como no alto índice de desigualdade social e estrutural somado à diversidade étnico-cultural, que nos impõem uma diversidade de nuances quando tratamos de política cultural. Tais nuances são representativas para o plano conceitual, demandando definições e conceitos sobre a cultura que orientem a prática estatal. A política cultural, ainda que se refira a objetos e manifestações de caráter imaterial, ao se tornar objeto de uma política pública, precisa respeitar as disposições legais que regem o planejamento, execução e avaliação das ações públicas.

Verificar a evolução da pasta da cultura na história brasileira nos permite visualizar e compreender como essas questões, e muitas outras, foram abordadas pelos diferentes governos, em diferentes momentos. Não apenas isso. Olhar para o histórico de como a cultura tem sido tratada no Brasil permite estabelecer uma relação com a forma com que a própria democracia vem se desenvolvendo. Dito de outra maneira, é possível enxergar o tema da cultura, ou a própria evolução do Ministério da Cultura, como um indicador do regime democrático no país.

A pasta da cultura sofre com a instabilidade institucional nos anos que se seguem à redemocratização, sendo reduzida à forma de secretaria no governo de Fernando Collor de Mello, em 1990. Apenas em 1993 o status de ministério é reconquistado, já no governo de Itamar Franco. Assim, a década de 1990 é marcada pela busca do fortalecimento institucional da pasta da cultura, notadamente através da atuação do ministro Celso Furtado, com a busca da criação e organização da estrutura institucional e burocrática do ministério. Tem-se nesse período, além da criação do corpo institucional, a criação de mecanismos de financiamento para as políticas culturais, através das leis de incentivo. Paralelamente a estes esforços, a década de 1990 é marcada pela necessidade de defender reiteradamente a importância do Ministério da Cultura.

Contudo, no campo dos resultados práticos, o tempo demonstrou a incapacidade das leis de incentivo como instrumento capaz de alcançar as demandas culturais da população. O que se viu foi a concentração das ações mediadas pelas leis de incentivo a ações culturais promovidas quase que exclusivamente por grandes fundações, abrangendo ações culturais consideradas elitistas e concentradas nos

grandes centros urbanos. Dito de outra maneira, apesar de as leis de incentivo à cultura terem sido um marco importante na institucionalização da pasta da Cultura, demonstrando grande capacidade de angariar fundos para a operacionalização de políticas culturais, seus resultados acabaram por alcançar apenas a minoria da população que já possuía meios de acesso à cultura.

Não obstante o entendimento da centralidade da cultura para se alcançar o desenvolvimento da cidadania, apenas na década de 2000 o Estado brasileiro passou a despender maior atenção à sua pauta. Ainda que se possa verificar a existência de algumas ações pontuais no campo cultural nos anos de 1990, as políticas culturais restringiam-se, àquela época, às leis de incentivo fiscal, transferindo a responsabilidade pela alocação de recursos do Estado para a iniciativa privada (RUBIM, 2007). O cenário cultural que se percebia naquele momento encontrava-se voltado para a promoção de práticas culturais que detivessem certo reconhecimento e valorização, fator este que condenava práticas culturais populares e tradicionais ao abandono. Além disso, tal maneira de produzir políticas públicas para a cultura não proporcionava espaço de diálogo para que a sociedade civil apresentasse suas demandas, fazendo com que o resultado de tais políticas não produzisse significado para a maior parte dos cidadãos (RUBIM, 2007; CHAUI, 1985).

O início da década de 2000 estabelece um ponto de inflexão na evolução das políticas culturais federais no Brasil. A partir do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores, em 2003, no governo Lula I, esta conflituosa relação entre Estado e cultura passou a ser ressignificada. A cultura, a partir da criação do Programa Cultura Viva, começou a ocupar um papel de destaque, sendo entendida como instrumento essencial na fundamentação das políticas sociais colocadas em prática. De acordo com Chagas e Filho (2015), o Estado, então, compartilhava a gestão das políticas culturais com a sociedade civil, deixando de ser o produtor oficial de cultura, passando a organizar e estimular a produção cultural demandada pela sociedade. Através da atuação do ministro Gilberto Gil, a cultura começou a ser vista a partir de uma abordagem antropológica mais abrangente, ampliando os setores de atuação das políticas culturais e valorizando a diversidade cultural do país.

Foi a partir de 2003 que, além do fortalecimento da estrutura institucional do Ministério da Cultura, teve-se a criação e implementação de programas, notadamente o Programa Cultura Viva, que visavam a democratização do acesso e fruição da cultura, objetivando alcançar a maioria da população, principalmente fora dos grandes

centros urbanos. Assim, considerando o contexto exposto, questiona-se: como a democratização da política cultural no governo Lula I, de 2003 a 2006, consolidou o debate sobre desenvolvimento e inclusão, sob a ótica do Programa Cultura Viva?

Como hipótese, acredita-se que o Programa Cultura Viva, consolidado no governo Lula I, diversificou as demandas culturais do Brasil a partir da adoção de um conceito ampliado de desenvolvimento, proporcionando maior amplitude aos projetos regionais e conectando cultura ao desenvolvimento inclusivo no país.

Partindo da hipótese estabelecida, que considera a percepção da cultura e, conseqüentemente, da política cultural implementada a partir do Governo Lula I como um instrumento central na busca por uma nova forma de desenvolvimento – que excederia o caráter eminentemente econômico do conceito –, definiu-se como objetivo geral estabelecer um debate acerca das implicações práticas na inclusão social proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do Programa Cultura Viva.

A partir de então, como objetivos específicos, procurou-se: (1) descrever o histórico do Ministério da Cultura; (2) debater a política cultural implementada pelo Governo Lula I; (3) apresentar o Programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura; (4) revisar o referencial teórico acerca do conceito ampliado de desenvolvimento a partir dos aportes teóricos de Celso Furtado e Amartya Sen.

No próximo capítulo serão apontados os caminhos metodológicos que conduziram a presente dissertação. Já no Capítulo 3, encontrar-se-ão os conceitos fundamentais à discussão proposta como, por exemplo, os conceitos de cultura, progresso e desenvolvimento, bem como a relação entre desenvolvimento e cultura. Neles, estarão presentes os principais elementos dos aportes teóricos de Celso Furtado e Amartya Sen. Na sequência, o quarto capítulo apresenta os principais elementos do Programa Cultura Viva e de sua principal ação, os Pontos de Cultura, bem como a mudança conceitual que possibilitou sua implementação. Abrimos o Capítulo 5 apresentando a aplicação do método da análise de conteúdo. Finalmente, são apresentadas as inferências e é realizada a discussão a partir dos elementos encontrados.

2 O CAMINHO PARA A CULTURA

2.1 Tipo de pesquisa e técnica de análise

A partir do problema e da hipótese propostos, esta dissertação poderá ser definida como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, segundo a classificação estabelecida por Prodanov e Freitas (2013), busca-se interpretar as relações verificadas no campo objeto da pesquisa, bem como atribuir significado a elas. Nesse sentido, a abordagem qualitativa do problema partirá da premissa da existência de um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, vínculo esse que excede a capacidade explicativa de abordagens quantitativas (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Uma vez estabelecida a abordagem da pesquisa, procedeu-se à definição da técnica de análise. Assim, considerando o propósito desta dissertação de estabelecer um debate sobre desenvolvimento e cultura, a partir da política cultural implementada durante o Governo Lula I, adotou-se a análise de conteúdo como técnica, por entendermos que tal ferramenta proporciona melhores condições para empreender a problematização do *corpus* de pesquisa selecionado. Isso porque a técnica de análise de conteúdo nos orienta, em um primeiro momento, à descrição do conteúdo dos documentos selecionados; em um segundo momento, a identificar e selecionar indicadores no material destacado e, por fim, realizar inferências e deduções lógicas a partir dos indicadores verificados na fase anterior.

Nesse sentido, adotou-se a análise de conteúdo preconizada por Laurence Bardin (2011), uma vez que tal metodologia vem sendo aprimorada desde sua apresentação, no final da década de 1970, tornando-se referência nos estudos centrados em comunicação. Bardin, portanto, define a técnica de análise de conteúdo como sendo,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Contudo, a análise de conteúdo, em uma perspectiva ampla, remonta a décadas anteriores à sua sistematização, por Bardin, na década de 1970. Em

verdade, como a própria autora aponta, tal técnica descende da hermenêutica, entendida como a interpretação de textos sagrados. A análise de conteúdo, por sua vez, desenvolve-se mantendo certo caráter interpretativo, caro à hermenêutica, aliando a ele uma busca por sustentação alicerçada na utilização de procedimentos técnicos de validação. Pode-se afirmar, portanto, que a análise de conteúdo visa estabelecer uma ligação entre um polo objetivo - o documento analisado - e um polo subjetivo – significado subjacente ao documento. Dito de outra forma, a essência do processo de análise de conteúdo reside na articulação entre duas esferas: a superfície do texto, a ser explicitada através da descrição analítica, e os fatores que determinaram estas características, que serão inferidas logicamente (BARDIN, 2011, p. 47).

Não obstante a operacionalização do conceito de análise de conteúdo, transcrito anteriormente, Bardin (2011) alerta para o caráter multifacetado da técnica, sendo possível, inclusive, falar-se em “análises de conteúdo”, uma vez que não existe um modelo rígido a ser seguido, uma receita pré-estabelecida. Na verdade, a autora destaca que a operacionalização da técnica dependerá do tipo de documento a ser analisado, daí o seu caráter plural. Portanto, as estratégias e ferramentas a serem implementadas na análise do material deverão ser definidas pelo pesquisador, a partir da seleção do material a ser analisado. Contudo, a autora oferece-nos uma proposta inicial, aberta, que se concretiza a partir de quatro etapas:

(1) Estabelecimento do campo: seleção do tipo de documento a ser investigado;

(2) Descrição analítica: nesta segunda etapa, procede-se ao tratamento do material selecionado. É neste momento, portanto, que o pesquisador define as técnicas de análise que serão implementadas – técnicas essas estabelecidas de acordo com o tipo de material selecionado.

(3) Inferência: A inferência é o objetivo central da análise de conteúdo. É com o propósito de inferir que se procede, na etapa anterior, à descrição do material e à aplicação de técnicas e indicadores de análise. Ou, de outra forma, a partir do tratamento aplicado ao material quando da sua descrição, busca-se alcançar novos conhecimentos, novas percepções, que seriam negligenciados por uma leitura comum. Conforme destaca Bardin (2011),

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2011, p. 45, grifo no original).

(4) Interpretação: Conclusões aferidas a partir das inferências estabelecidas na etapa anterior.

2.2 Universo da pesquisa

Considerando o propósito desta dissertação, ou seja, discutir o papel da política cultural do Governo Lula I no debate sobre desenvolvimento e inclusão, esta pesquisa buscou, como universo de análise, documentos oficiais do Ministério da Cultura daquele período. Por documentos oficiais leia-se descrição oficial de programas de políticas públicas de cultura, assim como publicações oficiais daquele período sobre políticas culturais.

Deste modo, julga-se pertinente a escolha de documentos oficiais do Ministério da Cultura do período em questão uma vez que, a partir da sua análise, foi possível verificar a existência, ou a inexistência, da percepção do papel da cultura como instrumento catalisador da concretização do desenvolvimento e inclusão social.

2.3 Corpus de análise

A partir da definição do universo de pesquisa, exposto acima, fez-se necessário estabelecer quais documentos comporiam o *corpus* da análise. Nesse sentido, partindo de uma pesquisa exploratória inicial, optou-se por selecionar os seguintes documentos:

- 1) Documento base do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania, o Cultura Viva (publicação oficial, versão digital);
- 2) Documento de avaliação do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – o Cultura Viva – publicado pelo IPEA em 2010 (publicação oficial, versão digital);

A escolha de tais documentos justifica-se uma vez que estes abrangem a proposição inicial do governo, estabelecida no documento base do Programa Cultura Viva, bem como a avaliação oficial realizada, anos mais tarde, pelo governo. Desta

forma, a escolha de documentos oficiais concernentes aos mesmos programas, em momentos distintos no tempo, visou proporcionar uma análise de conteúdo que pudesse captar a evolução temporal da posição do governo quanto ao papel da cultura, como elemento catalisador do desenvolvimento e da inclusão, através da contraposição dos documentos.

2.4 Considerações acerca das escolhas metodológicas

Esta dissertação originou-se da necessidade de se tomar a cultura e a política cultural como objeto de pesquisa da Ciência Política, objeto este abordado aqui em um plano conceitual. O tema da cultura, como se sabe, está diretamente relacionado a outras áreas do conhecimento, notadamente a Antropologia. No campo de estudos da Ciência Política, por sua vez, é mais frequente encontrar estudos que envolvam a cultura a partir de uma perspectiva da análise de políticas públicas. Nestes casos, o objeto das pesquisas costuma residir na verificação das condições de implementação de políticas públicas na área cultural, bem como na análise de efetividade de seus resultados. Este viés da análise de política pública, que obviamente possui uma grande importância no estudo da ação estatal referente ao campo cultural, não será abordado aqui.

A ideia é abordar o tema da cultura a partir de uma perspectiva conceitual, lançando mão, para tanto, de um importante conceito para a Ciência Política, o conceito de Desenvolvimento. A partir disso, assumindo que se partiria para um estudo sobre cultura em sua relação com o conceito de desenvolvimento, fez-se necessário buscar um referencial teórico capaz de subsidiar, robustamente, o debate almejado. Como não poderia ser diferente, quando se busca por referencial teórico acerca do desenvolvimento na Ciência Política brasileira, o primeiro teórico que surgiu, quando da pesquisa exploratória, foi Celso Furtado.

Na verdade, a opção – quase que obrigatória, pode-se dizer – pela escolha de Celso Furtado como principal referencial teórico, responde a uma demanda dupla no caso desta pesquisa. Isso porque, por um lado, como apontado acima, Celso Furtado tornou-se uma das principais referências brasileiras no estudo do desenvolvimento, possuindo vasta bibliografia empenhada na descrição e análise do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Por outro lado, Celso Furtado também é considerado como um teórico fundamental para a compreensão da cultura e das políticas culturais

no Brasil. Como se sabe, não obstante sua produção acadêmica adentrar o campo da cultura, chamando a atenção para a compreensão do desenvolvimento em uma perspectiva ampla – abarcando a questão cultural –, Celso Furtado atuou diretamente – empiricamente – no campo cultural, quando exerceu o cargo de Ministro da Cultura, de 1986 a 1988. Assim sendo, considerando a destacada atuação de Celso Furtado tanto no que diz respeito à sua contribuição no estudo do conceito de desenvolvimento quanto no que se refere à sua atuação prática no campo cultural brasileiro, seu aporte teórico ocupará o primeiro plano do referencial que subsidiará esta dissertação.

Diante disso, em Celso Furtado buscou-se o respaldo teórico principalmente nas seguintes obras: *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978); *O longo amanhecer* (1999); *O capitalismo global* (1998); *O mito do desenvolvimento econômico* (1996); *Ensaio sobre cultura e o ministério da cultura* (2012); *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009); *Economia do desenvolvimento* (2008); *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento* (2013); *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984).

Uma vez apontada a presença incontestável de Celso Furtado para o referencial teórico desta pesquisa, outro teórico abordado acerca do tema do desenvolvimento foi Amartya Sen. Novamente, tem-se aqui mais um autor indispensável para se trabalhar com o conceito de desenvolvimento. Como é sabido, Amartya Sen é um renomado economista e filósofo, com uma notória carreira acadêmica. Sen acrescentou um poderoso aporte teórico no campo de estudos acerca do desenvolvimento, propondo uma perspectiva ampliada do conceito. Assim, a proposta de Sen lança luz sobre a necessidade de se pensar o desenvolvimento como um fenômeno social, excedendo seu caráter meramente econômico. Sua proposta de entendimento do desenvolvimento como um processo de expansão dos diferentes tipos de liberdade dos indivíduos, rendeu-lhe, em 1998, o Prêmio Nobel de Economia. De Sen, será adotado o livro *Desenvolvimento como Liberdade*, escrito em 1999 e publicado, no Brasil, em 2010, livro que sintetiza sua abordagem radical do conceito de desenvolvimento.

Desta maneira, mobilizando o aporte teórico sobre o conceito de desenvolvimento proposto por Celso Furtado e Amartya Sen, aliando-o à análise específica do contexto brasileiro em seu processo pela busca do desenvolvimento, oferecida por Furtado com sua atuação direta no contexto da cultura e das políticas

culturais no Brasil, acredita-se poder partir de um referencial teórico sólido e robusto, capaz de fornecer ferramentas teóricas mais apropriadas para a abordagem proposta por esta dissertação.

Quanto ao referencial teórico específico sobre a evolução das políticas culturais no Brasil, adotou-se, preponderantemente, o trabalho de Lia Calabre, intitulado Políticas Culturais no Brasil, dos anos 1930 ao século XXI, e de Caio Gonçalves Dias, intitulado A cultura que se planeja: Políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Não obstante outras referências acerca de cultura e políticas culturais tenham sido revisadas, estas duas publicações concentraram as consultas, uma vez que proporcionam uma perspectiva histórica da evolução da construção e implementação das políticas culturais no Brasil. Por fim, ainda tratando do referencial teórico selecionado no que se refere às políticas culturais, deve-se destacar, também, a publicação de Célio Turino, intitulada Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. Tal referência justifica-se uma vez que Turino integrou o Ministério da Cultura de 2004 a 2010, como secretário na Secretaria da Cidadania Cultural, tendo atuado ativamente na criação e implementação do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva –, bem como na efetivação dos Pontos de Cultura.

Após estabelecido o referencial teórico fundamental para esta dissertação, é preciso apresentar a justificativa quanto à escolha do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva –, bem como o recorte temporal selecionado, o Governo Lula I (2003 a 2006). Conforme detalhado a seguir, o Governo Lula I, que se iniciou em 2003, representou um ponto de inflexão na forma de se fazer política cultural até então verificada no Brasil. A partir daquele ano, assumiu-se no país uma percepção da cultura com raízes na diversidade cultural, reconhecendo como existentes e dotados de direito legítimo de expressão cultural diversos grupos e minorias culturais, até então postos à margem por uma política de cultura que se concentrava, majoritariamente, nos grandes centros urbanos. A proposta levada a cabo no Governo Lula I buscava descentralizar os investimentos em cultura, objetivando alcançar localidades afastadas das principais regiões metropolitanas do país. Então, além de objetivar regiões antes não contempladas, outra premissa balizadora dessa nova política cultural referia-se a investir em projetos culturais já existentes nas comunidades, investindo, portanto, em projetos que já possuíam uma relação simbiótica com as comunidades nas quais desempenhavam suas atividades.

Nesse contexto é que, em 2004, foi lançado o Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva –, com o objetivo de descentralizar a política cultural, direcionando o investimento para pequenos e médios projetos culturais, situados em localidades distantes das regiões centrais do país. Conforme apontado anteriormente, esse programa foi considerado um ponto de inflexão na política cultural brasileira, uma vez que buscou alcançar lugares onde dificilmente as políticas culturais atingiam, além do fato, também inédito, de objetivar fortalecer projetos, principalmente pequenos e médios já existentes nas comunidades, e por apoiar projetos com atuação em diversas modalidades culturais, modalidades essas que, na maioria das vezes, não se encaixavam no *mainstream* das práticas de uma cultura elitista. Por fim, a magnitude do Programa Cultura Viva, com as premissas apresentadas acima, somada à centralidade dispensada não apenas pelo Ministério da Cultura, mas pelo Governo Federal de forma mais ampla, transformaram o programa em um instrumento central de inclusão social.

2.5 Aspectos importantes para a aplicação do método

O objetivo geral desta dissertação é estabelecer um debate acerca das implicações práticas na inclusão social, proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do Programa Cultura Viva. Assim, definido o *corpus* da pesquisa, ou seja, os dois documentos indicados acima, a análise foi pensada a partir de dois momentos distintos. No primeiro momento, procedeu-se à aplicação do método da análise de conteúdo, nos moldes preconizados por Bardin (2011). Para tanto, ancorado nas teorias do desenvolvimento apresentadas por Celso Furtado e Amartya Sen, foram definidas as palavras-chave a serem buscadas no *corpus* de análise, palavras essas que pudessem sintetizar o significado aportado a elas nas teorias. Logo, as palavras-chave definidas para a implementação da análise de conteúdo foram as seguintes:

- 1- desenvolvimento, bem como a sua variante desenvolver;
- 2- inclusão, bem como a sua variante incluir;
- 3- autonomia;
- 4- emancipação;
- 5- protagonismo, bem como sua variante protagonista.

A partir da utilização do comando Localizar (Ctrl+F) do leitor de texto, foram buscadas as palavras-chave definidas acima. Uma vez verificadas as ocorrências das palavras destacadas, empreendeu-se a busca pela significação do contexto em que estavam inseridas, de forma a verificar a pertinência destas ocorrências. As ocorrências que não se relacionavam com o caráter semântico aportado pelo referencial teórico foram descartadas.

No segundo momento, abordaram-se os dados práticos, ou seja, os resultados verificados no documento de avaliação do programa, bem como suas implicações para a efetivação de uma inclusão social. Com o entrelaçamento destes dois momentos de análise buscou-se alcançar subsídios mais robustos à discussão dos resultados verificados, concatenando, assim, a esfera conceitual – o entendimento ampliado do conceito de desenvolvimento – com a esfera empírica – a reverberação dessa ampliação conceitual nos resultados práticos alcançados.

Logo, no capítulo de análise dos resultados, serão apresentadas as ocorrências das palavras-chave, bem como o contexto em que foram verificadas, e os resultados práticos apontados nos relatórios analisados para, a partir de então, verificar relações de causa e efeito, realizando o objetivo de pesquisa proposto e testando a hipótese levantada.

3 DESENVOLVIMENTO E CULTURA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

3.1 Considerações sobre desenvolvimento e cultura em Celso Furtado

Analisar o papel de políticas culturais exige, inevitavelmente, abordar a relação entre cultura e desenvolvimento, bem como a forma com que tais conceitos se influenciam mutuamente. Conforme apontado por Furtado (1984),

[...] uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça (FURTADO, 1984, p. 32).

Assim, dizer que a cultura deve ser entendida como um componente fundamental para o alcance do desenvolvimento demanda-nos uma investigação mais apurada acerca do próprio conceito de desenvolvimento como, também, dos fatores que o compõem. Conhecer e entender esse conceito é fundamental para verificar que desenvolvimento implica em aspectos que suplantam outros conceitos, como o de crescimento econômico ou de progresso, por exemplo.

Ao debruçar-se sobre a análise do fenômeno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, Celso Furtado (1980) destaca, ao menos, três dimensões do desenvolvimento. Uma primeira dimensão refere-se ao aumento da eficácia produtiva de uma sociedade; uma segunda dimensão diz respeito à satisfação de necessidades sociais básicas; e, por fim, a terceira dimensão faz referência ao alcance dos objetivos dos grupos dominantes de uma dada sociedade. Assim, é a partir dessas verificações que Furtado aponta que a concepção de desenvolvimento não pode estar descolada da estrutura social da sociedade analisada. Neste sentido, tais constatações evidenciam as limitações das análises acerca do desenvolvimento que tomam como objeto apenas aspectos econômicos, considerando, portanto, somente variáveis referentes à primeira dimensão do conceito apontada por Furtado.

Além disso, em relação ao processo de desenvolvimento, Furtado (1980) observa duas faces: a primeira face tem início com a Revolução Industrial, que representou a superação das relações sociais que se verificavam até então, destruindo estruturas artesanais de produção e incorporando novos elementos, como a mão-de-obra assalariada, alterações essas que proporcionaram a divisão do

trabalho e o conseqüente incremento na produção. A segunda, apontada pelo autor, refere-se ao que chama de divisão inter-regional do trabalho, referindo-se ao papel produtivo assumido pelas nações no mercado internacional.

Um aspecto central da teoria elaborada por Celso Furtado sobre o fenômeno do desenvolvimento em nações subdesenvolvidas refere-se ao seu caráter estrutural. Para Furtado, estes países apresentam características estruturais peculiares, originadas através do modo como foram colonizados, que evoluíram e ainda influenciam sobremaneira a forma com que estas nações se desenvolvem. No caso brasileiro – contexto que, em grande medida, se replica para a maior parte dos países latino-americanos –, o fato de ter sido uma colônia de exploração possibilitou o surgimento e a sedimentação de aspectos que, ainda hoje, reverberam em nosso contexto socioeconômico.

Um aspecto importante da formação sociocultural de nosso país é referido por Furtado (2012) como subproduto dessa relação colonial, através da qual a Colônia era administrada por uma elite estrangeira, segundo interesses exógenos, e toda e qualquer iniciativa autônoma era veementemente proibida. Conseqüentemente, estabeleceu-se uma elite – e, posteriormente, uma classe média – que sempre se mantiveram distantes e alheias ao restante da população. O autor aponta uma elite vinda de fora, sediada principalmente no litoral, responsável por gerenciar um incipiente aparato burocrático, com o objetivo de assegurar o domínio português de sua colônia. Dessa forma, contrapôs-se, de um lado, essa elite de raízes exteriores, que reproduzia padrões culturais europeus, a um povo percebido como culturalmente atrasado e com suas práticas culturais marginalizadas.

Diante desse cenário, desenvolveu-se uma especialização extrativista, de forma a garantir o abastecimento da metrópole com as riquezas naturais aqui encontradas, ao mesmo tempo em que, uma vez que todos os produtos elaborados vinham de fora, a formação de um mercado interno de produção era sufocado.

Já como uma nação constituída, e partindo do contexto de um mercado produtor interno incipiente, nossa inserção no mercado internacional ocorreu através da especialização no fornecimento de produtos primários, as chamadas *commodities*, com considerável utilização de mão-de-obra. Assim, nossa matriz estrutural evoluiu do estado de colônia para uma nação “independente” mantendo suas principais configurações: uma pequena elite detentora dos meios de produção – latifúndios

produtores de *commodities* – e da quase totalidade do excedente econômico gerado; uma classe média em formação, acompanhando o desenvolvimento de um mercado interno nascente, bem como de um aparato burocrático do Estado; e uma massa de trabalhadores ocupados, em sua maioria, com atividades relacionadas aos produtos primários.

Outro aspecto importante a ser destacado refere-se exatamente à questão do excedente econômico gerado no período. Uma vez que o mercado interno se encontrava em estágio inicial, esse excedente econômico auferido pela elite continuava a migrar para o exterior, sustentando o estilo luxuoso de vida emulado dos países desenvolvidos. Portanto, verifica-se uma alteração do *status* da nação sem, contudo, alterar a estrutura até então estabelecida. Mantinha-se, assim, uma matriz especializada na produção de bens primários, uma desigualdade social em crescimento, e evasão da maior parte do excedente econômico aqui gerado para o exterior.

As oscilações e crises financeiras internacionais, assim como a verificação do fenômeno conhecido como deterioração dos termos de troca, impuseram a busca por alternativas para a consolidação de uma matriz econômica mais sustentável – sustentável do ponto de vista econômico, logicamente. O fenômeno da deterioração dos termos de troca refere-se à tendência, ao longo do tempo, de que produtos primários – que representavam a quase totalidade da produção dos países subdesenvolvidos – sofressem maior desvalorização do que produtos mais elaborados – de fabricação concentrada nos países desenvolvidos. Dito de outra forma, ao longo do tempo, verificou-se a tendência de desvalorização da produção dos países subdesenvolvidos frente a dos países desenvolvidos, tornando-se necessário que os primeiros produzissem mais para conseguir manter seu poder econômico no mesmo patamar.

A alternativa encontrada foi a busca da complexificação da matriz econômica através do processo de industrialização. Contudo, tal medida mostrou-se insuficiente ao longo do tempo, tendo surtido efeito em alguns indicadores de crescimento econômico, mas não sendo capaz de viabilizar um processo efetivo de desenvolvimento. Isso porque tal processo de industrialização teria ocorrido a partir da importação de tecnologia sem que a estrutura da matriz econômica brasileira tenha se preparado para tal. Em outras palavras, a modernização técnica importada dos

países desenvolvidos estava em descompasso com a realidade social e econômica de um país subdesenvolvido, como o Brasil. Como resultado dessa modernização técnica, o que se viu foi a subutilização de importantes fatores da matriz econômica brasileira, como a mão-de-obra, por exemplo, e a consequente verificação de uma grande massa de trabalhadores subempregada (CARDOSO, 2018).

A implantação de técnicas produtivas que não respondiam às características estruturais aqui verificadas foi responsável, ainda que tenha alcançado indicadores econômicos positivos, por graves desequilíbrios sociais, notadamente uma aceleração desordenada do processo de urbanização e o consequente agravamento da marginalidade. Assim, tal inadequação tecnológica, definida por Furtado (1980), reside no cerne do aprofundamento da relação modernização-marginalidade.

O que se verificou de fato foi, por um lado, o aprofundamento da heterogeneidade estrutural brasileira, uma vez que a modernização técnica não foi capaz de absorver a maior parte de um efetivo do setor pré-capitalista. Por outro lado, a concentração de investimentos em alguns setores de produção, sem um planejamento da matriz produtiva como um todo, ocasionou a criação e aprofundamento de gargalos na cadeia produtiva brasileira. Tal contexto foi denominado por Furtado de armadilha do subdesenvolvimento. Para o autor, o caminho para que as nações subdesenvolvidas encontrassem um efetivo processo de desenvolvimento passa, além da industrialização, pela implementação de mudanças estruturais, ou reformas de base, como uma reforma tributária e uma reforma agrária, por exemplo, mudanças essas que sejam capazes de alterar a maneira com que o excedente econômico é distribuído.

Essa conclusão de Furtado relaciona o modelo de crescimento, a forma de absorção do progresso tecnológico e as desigualdades e disparidades iniciais e resultantes na periferia. A resultante dos efeitos de retroalimentação desses fatores conduziu a uma conformação estrutural que acabou bloqueando o alcance do desenvolvimento, mesmo diante de crescimento econômico. Para tentar reverter essa situação, as reformas estruturais, relacionadas tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, comporiam condições necessárias (CARDOSO, 2018, p. 147).

Uma vez que a tentativa de implementação de um processo de desenvolvimento a partir da reprodução mimética e localmente deslocada de técnicas originadas no contexto de países desenvolvidos não logrou alcançar os resultados esperados, no que se refere ao conceito amplo de desenvolvimento, tendo ainda aprofundado as desigualdades sociais aqui verificadas, Furtado (1980) ressalta o

papel central da atuação do Estado na direção desse processo. Partindo-se de um contexto de restrição econômica comum aos países subdesenvolvidos, com limitada capacidade de formação de poupança social, cabe ao Estado, no papel de agente captador de excedente, a função de distribuí-lo de forma eficiente a partir das configurações estruturais verificadas.

Diante disso, é exatamente a partir da insuficiência das análises sobre o desenvolvimento no contexto das nações de industrialização tardia que se verifica a importância da teoria do subdesenvolvimento, elaborada por Celso Furtado. O autor destaca que o primeiro estágio de inserção internacional dessas nações no sistema econômico mundial ocorreu ainda em um momento de expansão do comércio mundial. Assim, foi possível para tais economias alcançarem certo excedente econômico apenas com a especialização da produção em produtos primários. Dito de outra forma, considerando o contexto internacional de expansão econômica, nesse primeiro estágio o foco de tais países estabeleceu-se na especialização produtiva agrária, não havendo a difusão de técnicas de produção, apenas a difusão dos padrões culturais de consumo verificados nos países centrais.

Segundo a teoria Furtadiana do subdesenvolvimento, tal difusão dos padrões culturais de consumo, em um momento de expansão do comércio mundial resultou, em países subdesenvolvidos, na acumulação do excedente produtivo por um grupo social minoritário, aprofundando a distância social verificada nesse contexto. Além disso, uma vez que tal excedente não era direcionado a investimentos no desenvolvimento tecnológico, servindo para garantir a reprodução dos padrões culturais de consumos exteriores, esse excedente possuía um destino externo. Já em um segundo estágio de inserção internacional, quando se busca por alternativas como a industrialização, passa-se a verificar a difusão de técnicas dos países centrais para os países periféricos. Contudo, como destacado acima, essa importação tecnológica, desconectada da realidade estrutural de tais nações periféricas, acabou por engendrar graves desequilíbrios sociais.

O escopo de investigação da teoria do subdesenvolvimento reside na análise dos desequilíbrios gerados nessas nações, a partir da difusão das técnicas originadas nos países centrais do capitalismo.

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. O primeiro passo consistiu em perceber que os principais obstáculos à passagem da simples *modernização* mimética ao desenvolvimento propriamente dito cimentavam-se na esfera social. O avanço na acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do novo excedente (FURTADO, 1998, p.48, grifos no original).

Nesse sentido, Furtado (1998) afirma que o desenvolvimento tecnológico será sempre dependente se, ao invés de se buscar a implementação de técnicas que considerem as características da estrutura local, levar-se a cabo a implementação de técnicas que apenas reproduzam padrões de consumo verificados nos países centrais do capitalismo.

Surge, então, a necessidade de realizar um parêntese importante. Viu-se que a teorização proposta por Furtado, acerca do fenômeno do desenvolvimento no contexto de uma nação subdesenvolvida, articula alguns elementos importantes, como *modernização*, *crescimento econômico*, *progresso* e o próprio *desenvolvimento*. Elementos esses que são diferentes entre si, apesar de uma aparente similaridade. Assim, faz-se necessário demarcar o sentido de cada um deles na teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Neste sentido, percebe-se que, quando Furtado fala em *modernização*, no contexto exposto acima, está referindo-se a um processo de reprodução, por parte das elites de uma nação periférica, de costumes das elites dos países desenvolvidos. Tal reprodução de costumes, segundo o autor, pode ser verificada tanto na importação de técnicas modernas de produção que, como exposto, está em descompasso com a matriz produtiva local, como na importação de costumes culturais. Quando aborda o elemento *crescimento econômico*, refere-se a momentos no tempo em que é possível a verificação de melhora nos indicadores econômicos como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), ou indicadores de produção, importação e exportação. Contudo, como pôde-se depreender dos aspectos expostos acima, o crescimento econômico sem mudanças estruturais, principalmente no que se refere à distribuição do excedente econômico, pode ter um sentido contrário ao do desenvolvimento.

Quanto à diferença entre os conceitos de *progresso* e *desenvolvimento*, o autor afirma que a ideia de progresso ganha força com a revolução burguesa. Tal

revolução é descrita como a ascensão de uma classe com base na acumulação, promovida pela detenção dos meios de produção. Tal acumulação, por sua vez, deu início à diversificação do consumo, originado tanto externa como internamente. As alterações socioeconômicas culminaram por promover uma mudança cultural, uma nova concepção de modernidade. É exatamente este novo padrão cultural e de consumo que passa a ser identificado com o progresso. Conseqüentemente, tudo o que fosse capaz de conduzir ao progresso passou a ser revestido de grande legitimidade.

Para Furtado (1978), com o advento da modernidade, as desigualdades entre as classes tornam-se cada vez mais evidentes, principalmente nos países ainda submetidos a formas tradicionais de dominação. Logo, para o autor, é exatamente o conceito de progresso que vai atuar como um eficiente instrumento ideológico, capaz de manter certa coesão social e garantir uma relação de interdependência entre grupos sociais antagônicos. Assim, o conceito de progresso sustentava o entendimento de que a acumulação seria condição necessária para se alcançar estágios mais evoluídos de organização social.

Contudo, segundo Furtado (1978), não seria o desenvolvimento prévio das forças produtivas, descrito como aumento da acumulação, que teria favorecido a revolução burguesa, senão o contrário. Na verdade, verifica-se um lento desenvolvimento das forças produtivas nos três séculos que antecederam a civilização industrial. Logo, a ascensão de novos grupos dominantes seria decorrente das transformações no processo acumulativo, causadas pela aceleração da expansão comercial verificada no século XVI, com o intenso fluxo de riquezas originadas, principalmente, da África e América. Nesse sentido,

[...] é a subsequente imposição dos critérios mercantis à organização da produção – transformação da terra e da força de trabalho do homem em “elementos de produção” submetidos às leis do mercado – que conduzirá à prevalência da racionalidade instrumental e abrirá a porta ao desenvolvimento explosivo das forças produtivas. A civilização industrial, fruto dessa mutação histórica, crescerá dentro do espaço cultural saído da revolução burguesa, mas está longe de com esta confundir-se (FURTADO, 1978, p. 75, grifos no original).

Enquanto o ideal de progresso teria sido o elemento ideológico capaz de unir grupos sociais com interesses antagônicos, a ideia de desenvolvimento surgiu para promover a inserção das nações periféricas na divisão internacional do trabalho, através da produção especializada de produtos primários, no que Furtado (2012)

define como a inserção internacional no quadro da dependência. O que se promove é o estímulo ao acesso indireto aos valores materiais oferecidos pela civilização industrial. Portanto, tal forma de inserção na divisão internacional do trabalho passou a ser preconizada como a forma mais racional de alcançar o mesmo nível socioeconômico verificado nas nações desenvolvidas.

A importância de tal forma de inserção econômica internacional foi fortalecida pelo fato de que este tipo de organização da produção não demandaria alterações estruturais de grande magnitude. Neste sentido, Furtado (1978) fala em um pacto entre interesses externos e grupos dominantes locais. O principal aspecto problemático dessa relação reside no fato de que o dinamismo econômico de uma nação passa a ser determinado de fora, refletindo – e dependendo diretamente – o dinamismo dos países industrializados. Dito de outra maneira, o mercado interno de nações em desenvolvimento, que “optam” por esta forma de inserção internacional, passa a ser um prolongamento de economias avançadas. Assim, o mercado interno fica reduzido a um simulacro das economias industrializadas e fundamentado, prioritariamente, no excedente gerado pelas exportações de sua produção especializada.

Segundo Furtado (1978), a ideologia do desenvolvimento diverge da ideologia do progresso por ser dotada de um economicismo e inserir-se em um quadro de dependência externa. Enquanto a ideia de progresso possui um caráter interno, tido como um instrumento ideológico para garantir certa coesão entre grupos sociais antagônicos, ancorada no racionalismo e empirismo, que emergiram com a revolução burguesa, a ideia de desenvolvimento, por sua vez, possui um caráter externo, completamente alheio às estruturas sociais dos países que buscavam superar seu atraso, uma vez que se assentavam em um pacto entre classes dominantes internas e grupos externos.

Ignorando as aspirações – conflitantes ou não - dos grupos constitutivos da sociedade, ela (a ideia de desenvolvimento) aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão. As condições ideais para esse transplante podem confundir-se com o imobilismo social: a população passa a ser vista pelos agentes do processo de industrialização como uma massa de “recursos produtivos” enquadrados nas leis dos mercados (FURTADO, 1978, p. 78).

Apontadas as principais diferenças entre os termos e fechado o parêntese, fica clara, portanto, a principal diferença apontada por Furtado (1978) acerca do

processo de desenvolvimento verificado na Europa, em relação ao modelo implementado pelas nações periféricas: no primeiro, o processo originou-se do conflito entre diferentes classes sociais, conflito esse que resultou em profunda mudança social. A consequência dessas alterações nas disposições sociais foi a aceleração da acumulação, o decorrente processo de industrialização e, finalmente, o desenvolvimento. Já no segundo processo – implementado pelos países atrasados – observa-se uma inversão daquela lógica: parte-se do pressuposto de que importar um processo de industrialização, impondo-o a uma realidade social e econômica pré-capitalista, seria capaz de aumentar a acumulação e conduzir ao desenvolvimento. Tal alternativa resultou no aumento da concentração do excedente econômico e no consequente aprofundamento das desigualdades sociais. Com isso, a forma adotada para controlar o aumento da insatisfação e instabilidade social gerada por essa sequência de eventos foi a implantação de regimes e sistemas autoritários. Furtado (1978, p. 80) conclui que “sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento”.

Pode-se concluir, que, para Furtado (1998), o conceito de desenvolvimento, muito mais do que se referir a aspectos estritamente econômicos, relaciona-se com a possibilidade de realização das potencialidades humanas. Não apenas isso: um aspecto importante do conceito de desenvolvimento, para Furtado, refere-se à necessidade de que os frutos alcançados, a partir da realização das potencialidades humanas, sejam distribuídos à sociedade. Assim, segundo o autor (1998),

Quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos de *desenvolvimento*. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade (FURTADO, 1998, p. 47, grifos no original).

Furtado (1984, p. 105) destaca que “[...]a reflexão sobre o desenvolvimento tem implícita uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica”. Para o autor, portanto, o desenvolvimento deveria ser entendido como a realização das potencialidades humanas. E é nesse ponto que se insere a política cultural. Nessa perspectiva, ela é vista como elemento privilegiado, capaz de atuar como ponto de convergência entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

3.2 Amartya Sen e o desenvolvimento como liberdade

A partir dos aportes da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, verificou-se que o conceito de desenvolvimento só pode ser apreendido quando consideramos aspectos muito mais amplos do que apenas fatores meramente econômicos. Nesse sentido, outro autor que se debruçou sobre a análise das características concernentes ao conceito de desenvolvimento foi Amartya Sen (2010).

Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), Sen apresenta sua abordagem ampliada para o entendimento do conceito de desenvolvimento. Parte sua análise da constatação de que a humanidade alcançou um processo de acumulação de riqueza que seria impensável alguns séculos atrás. Contudo, ao passo que se verifica esse processo de acumulação em direção ascendente, é possível constatar que grande parte da população mundial ainda está subjugada por problemas há muito conhecidos, mas que se mantêm presentes e constantes. Assim, tais problemas, como a fome, a falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação e emprego de qualidade, exclusão social das mulheres, entre outros, se apresentam em flagrante contradição ao avanço do processo acumulativo.

Mais do que apresentar essa contraposição entre a franca expansão acumulativa e a permanência e aprofundamento de problemas conhecidos, a proposta teórica defendida por Sen (2010) está fundamentada na condição de agente dos indivíduos. Para o autor, um processo de desenvolvimento verdadeiro consiste na remoção das restrições que impedem o pleno exercer da condição de agente dos indivíduos. Destaca ainda que as liberdades individuais são diretamente influenciadas pelas disposições sociais. Para Sen (2010, p. 10, grifo no original) “é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual”.

Desenvolvimento deveria ser entendido como “um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p.16). O autor defende que a condição de agente dos indivíduos é fundamental para lidar com as privações e que tal condição é diretamente limitada pelas disposições sociais de uma determinada nação. Assim, para o autor,

[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem, ponderadamente, sua condição de agentes. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEN, 2010, p.10).

Sen (2010) afirma que só é possível avaliar o desenvolvimento de uma sociedade ao se verificar a ocorrência de aumento das liberdades dos indivíduos. Portanto, a eficácia de tal processo de desenvolvimento é diretamente dependente da livre condição de agente desses indivíduos. O autor chama a atenção para a expansão das capacidades das pessoas, ou seja, se as pessoas têm à sua disposição as condições mínimas necessárias para que possam se desenvolver como seres humanos. De forma a evidenciar sua proposta, destaca a miopia das análises acerca do desenvolvimento centradas apenas em aspectos econômicos, tal como Celso Furtado.

Sen (2010) destaca que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento devido a duas razões: a primeira seria uma razão avaliatória. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento de uma nação não deve ser analisado levando-se em conta apenas aspectos essencialmente econômicos. A análise do processo de desenvolvimento deve verificar a ocorrência de aumento das liberdades do conjunto da população de determinada nação. A segunda razão, chamada de razão de eficácia, estabelece que o processo de desenvolvimento é diretamente dependente da condição de agente dos indivíduos de uma nação. Esta, por sua vez, é diretamente impactada por relações entre diferentes tipos de liberdade que se influenciam mutuamente.

A abordagem proposta por Sen (2010) está fundamentada na verificação de vários tipos de liberdade, as liberdades instrumentais, que interagem entre si e possuem a capacidade de reforçar-se mutuamente na busca da liberdade humana em geral. Sua teoria, portanto, preconiza que todos os tipos de liberdades instrumentais – a liberdade econômica, liberdade política, liberdades civis etc. – são constitutivas do ser humano devendo ser sempre buscadas. Dessa maneira, o debate frequentemente presente, principalmente nas nações em desenvolvimento mas não apenas nelas, de uma pretensa necessidade de sacrificar determinados tipos de liberdade, como a liberdade política e liberdades civis, para privilegiar o crescimento econômico se trata de um debate equivocado. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade defendida, cercear algum tipo de liberdade instrumental, ainda que sob a distorcida justificativa de fazê-lo em prol de outro tipo de liberdade instrumental, implica inevitavelmente na limitação da capacidade de agente dos indivíduos.

Contudo, não obstante a necessidade de uma abordagem ampla do desenvolvimento, que considere os diferentes tipos instrumentais de liberdade, as análises realizadas também precisam alcançar maior profundidade, evitando ficarem presas a resultados superficiais que não evidenciem uma perspectiva integral de um dado contexto. É a diferença entre resultados de culminância e resultados abrangentes, para a qual Sen (2010) nos chama a atenção. Resultados de culminância seriam os resultados sem considerar o processo implementado para o seu alcance. Por sua vez, resultados abrangentes – como o próprio nome indica – considera em sua análise o processo que gerou tais resultados.

Assim, por exemplo, analisar resultados econômicos positivos e satisfatórios de uma determinada nação sem levar em consideração o processo que conduziu a tais resultados seria apoiar-se em uma análise limitada. Isso porque a verificação de resultados econômicos satisfatórios sem uma efetiva correspondência em outras áreas – como o aumento da arrecadação estatal e o conseqüente aumento da seguridade social e dos serviços públicos básicos – não seria suficiente para caracterizar uma situação de desenvolvimento nos termos da abordagem do desenvolvimento como liberdade.

Para Sen (2010, p. 55), “a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento”. O caráter instrumental refere-se ao modo como diferentes tipos de liberdade se relacionam entre si e contribuem para a promoção do desenvolvimento. Sen destaca cinco tipos principais de liberdades instrumentais: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora. Acerca das liberdades políticas, observa as garantias relacionadas aos chamados direitos civis como, por exemplo, direito de manifestação política, direito de voto, liberdade de imprensa, além de liberdade para fiscalizar e cobrar autoridades. Já as facilidades econômicas referem-se à existência de um ambiente que possibilite o consumo e as relações de produção e de troca, ou seja, que proporcione o livre funcionamento do mercado. As oportunidades sociais abarcam pontos como a existência de programas regulares que promovam o acesso à educação e saúde, possibilitando condições para que as pessoas possam se desenvolver tanto no aspecto físico como no psíquico e pessoal. As garantias de transparência, por sua vez, referem-se ao estabelecimento de mecanismos que inibam a corrupção e a irresponsabilidade financeira. Finalmente,

segurança protetora refere-se à existência de uma rede de seguridade social capaz de proporcionar à população uma proteção efetiva contra o desemprego, fome e miséria.

Após o estabelecimento das premissas teóricas para o modelo do desenvolvimento como liberdade, Sen (2010) ilustra as implicações verificadas nas relações de interdependência entre diferentes tipos de variáveis através de exemplos com dados obtidos de diferentes nações. Assim, para ilustrar a relação entre disposições sociais e crescimento econômico, o autor lança mão de estatísticas de alguns países asiáticos, como Coréia do Sul e Taiwan, para subsidiar seus argumentos teóricos. Ao analisar a relação entre expectativa de vida e Produto Nacional Bruto (PNB) per capita o autor conclui que existe uma relação significativamente positiva entre as duas variáveis. Contudo, essa relação positiva é verificada sobretudo através do impacto do PNB sobre as rendas, principalmente sobre a renda da população mais pobre, e sobre os gastos públicos, especialmente na área da saúde. Dito de outra forma, por si só, a variável PNB causa pouco impacto direto na variável expectativa de vida. Por sua vez, as variáveis renda da população pobre e gastos públicos com saúde causam grande impacto sobre a expectativa de vida. Isso significa que, não obstante a verificação do crescimento econômico de um país – medido pelo seu PNB –, isso só se refletirá positivamente na expectativa de vida da população se os frutos desse crescimento econômico forem razoavelmente bem distribuídos – através do aumento da renda da população mais pobre, de um lado, e do aumento dos gastos públicos com saúde, de outro lado.

Ao comparar os países do Leste e Sudeste Asiático com o Brasil, por exemplo, ainda que se verifique crescimentos econômicos comparáveis – através de índices como o PNB –, Sen (2010) destaca a marcante diferença no aumento da expectativa de vida. De acordo com o autor, a diferença se dá na forma com que o crescimento econômico ocorre. Nos países do Leste e Sudeste Asiático foi possível verificar uma ampla participação econômica, alcançada através de um contexto de investimentos em educação básica e em saúde, além de significativas e eficazes reformas agrárias. Por seu turno, o quadro de crescimento econômico brasileiro é marcado por um contexto de profunda desigualdade social, que restringe o alcance de uma ampla participação econômica, além de insuficientes investimentos públicos em educação e saúde, fatores que fazem com que a elevação da expectativa de vida se dê em uma

velocidade menor que em países como Coréia do Sul e Taiwan – ainda que os índices do PNB dos três países sejam comparáveis.

Outro importante aspecto ressaltado por Sen (2010) refere-se à forma como é abordado o tema da pobreza. Novamente, o autor destaca que abordar o problema da pobreza tomando-a em consideração apenas a partir de uma perspectiva estritamente econômica – considerando apenas índices de renda, por exemplo – resulta em uma análise limitada do tema. Assim, a partir do aporte teórico do desenvolvimento como liberdade, Sen (2010) passa a defender o entendimento da pobreza como privação de capacidades. Para tanto, apresenta três argumentos. O primeiro argumento defende que abordar a pobreza como privação de capacidades, mais do que um problema econômico de renda, é concentrar a análise em privações intrinsecamente importantes, ao passo que a abordagem da pobreza como um problema de rendas baixas concentra-se apenas em aspectos instrumentais. O segundo argumento refere-se à constatação de que existem vários elementos que influenciam a privação de capacidades e, conseqüentemente, a pobreza real – e não apenas o nível da renda. Por fim, como terceiro argumento, o autor destaca que a relação entre baixa renda e baixa capacidade é altamente variável, sofrendo alteração a depender do contexto social, sendo diferente, inclusive, entre famílias e indivíduos.

Portanto, existem muitos aspectos que se relacionam e influenciam a pobreza, aspectos esses que não são adequadamente ponderados quando o tema é abordado assumindo-se a pobreza apenas como uma limitação de renda. Na verdade, a relação entre renda e capacidade é consideravelmente influenciada por aspectos como idade, gênero, localização espacial – moradia em localidades violentas, propensas a desastres ambientais etc. –, bem como questões ligadas à saúde, saneamento básico, entre outros. Outro aspecto importante apontado pelo autor, e que não é capaz de ser auferido em uma análise da pobreza partindo apenas de dados de renda, refere-se ao que Sen (2010) chamou de *acoplamentos de desvantagens*. Um acoplamento de desvantagens é definido como a soma entre uma privação de renda e adversidades na conversão de renda. Ocorre quando, por exemplo, condições como a idade, incapacidade ou doença provocam, por um lado, a diminuição do potencial do indivíduo de auferir renda e, por outro lado, impõem ao indivíduos maiores despesas com medicação, tratamento de saúde etc. Ao não considerar tais aspectos,

uma medida de pobreza baseada apenas na renda deixaria de captar a pobreza real – a privação de capacidades – desses casos.

Outro aspecto que uma análise da pobreza baseada apenas na renda deixa de considerar refere-se à desigual distribuição de renda dentro das próprias famílias. Conforme aponta Sen (2010), em países da Ásia e da África setentrional é possível verificar uma marcante desigualdade de utilização de recursos entre meninos e meninas. Uma análise centrada na renda das famílias não seria capaz de captar as privações de capacidades – como mortalidade, desnutrição, negligência médica etc. – a que tal grupo de indivíduos é submetido.

Uma privação relativa de rendas pode se tornar uma privação absoluta de capacidades. Isso porque ser relativamente pobre em um país rico, por exemplo, pode representar uma grave privação de capacidades, ainda que essa renda possa ser considerada elevada em outros países. Sen (2010) destaca que existe uma série de nuances capazes de limitar as capacidades dos indivíduos e que não são adequadamente consideradas através da utilização de indicadores estritamente econômicos.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançarem esses fins (SEN, 2010, p. 123, grifos no original).

Ambas as teorias pinceladas acima partem do entendimento de que abordar a discussão acerca do desenvolvimento de uma sociedade, de uma nação, mobilizando apenas indicadores econômicos mostra-se uma alternativa insuficiente para a compreensão de tal objeto. Assim, apreender a questão do desenvolvimento, principalmente no que se refere à realidade dos países de industrialização tardia, exige do pesquisador a incorporação de elementos outros no quadro de análise. Como destacado acima, Celso Furtado destaca alguns elementos fundamentais como, por exemplo, o entendimento de que o conceito de desenvolvimento não pode estar descolado da análise da estrutura social da sociedade analisada; a centralidade da necessidade de alterar a forma com que o excedente econômico é distribuído; e, finalmente, o entendimento de que o desenvolvimento se relaciona com a possibilidade de realização das potencialidades humanas. Por seu turno, Amartya Sen direcionou a ênfase de suas análises para a condição de agente dos indivíduos;

defende a concepção de desenvolvimento como processo de remoção das restrições que impedem que os indivíduos exerçam sua condição de agente; bem como destaca que as liberdades individuais são diretamente influenciadas pelas disposições sociais. Tais elementos serão utilizados para subsidiar a análise e a discussão propostos no Capítulo 5.

3.3 Percepções sobre Cultura e a evolução das políticas culturais no Brasil

De acordo com Chauí (2008), o conceito de cultura, do latim *colere*, era inicialmente entendido como uma ação capaz de desenvolver as capacidades de alguma coisa ou de alguém. Sua utilização estava relacionada ao cultivo e cuidado necessários para a agricultura e em relação ao desenvolvimento das crianças. A partir do Iluminismo, a cultura passou a ser entendida como uma forma de medir o grau de desenvolvimento, progresso e civilização de uma sociedade. Sociedades passaram a ser hierarquizadas de acordo com seu grau de civilização, baseados em princípios ocidentais capitalistas, sendo avaliados a partir da existência de instituições ocidentais.

Assim, a ausência, ou existência deficiente de tais parâmetros de análise, serviam de fundamento para se considerar uma sociedade atrasada. A autora reitera que, mais do que um parâmetro de avaliação e comparação, a cultura europeia, com suas instituições características, passou a representar um ponto de chegada, um objetivo a ser alcançado. Aponta, ainda, a importância de uma política cultural capaz de romper com o conceito elitista hegemônico que prevalece na sociedade brasileira, no qual o reconhecimento artístico e cultural eram conferidos apenas a determinadas atividades, com o acesso restrito a certos grupos sociais como, por exemplo, o caso da cultura erudita.

Outro ponto importante é entender a especificidade do papel do Estado no campo da cultura. De um lado, o Estado possui o dever – ainda mais se considerarmos o texto constitucional estabelecido a partir de 1988¹ – de promover e facilitar à população o acesso à cultura. Com isso, não cabe ao Estado abster-se de tal responsabilidade, uma vez que formalmente estabelecida. Por outro lado, também não cabe ao Estado o papel de definir e impor uma cultura “oficial” ou “ideal”, sob o

¹https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

risco de sufocamento e marginalização da diversidade cultural. Desta maneira, fortalecido pelos ventos do período da redemocratização e solidamente ancorado no caráter cidadão da Constituição Federal de 1988, o recém-nascido Ministério da Cultura passou a ter como objeto o desenvolvimento de políticas culturais fundamentadas nas demandas da população.

Para Chauí (2008), a cultura precisa ser entendida como um direito aos cidadãos, sendo o papel do Estado garantir a eles o direito de acesso, de fruição e de criação cultural, além do direito de participação na formulação das políticas culturais.

Furtado (2012) defende que é preciso romper com a percepção elitista, de que a cultura deve ser entendida apenas como algo a ser desfrutado no período livre, no ócio, em ambientes específicos, como museus e institutos, uma vez que tal entendimento acaba por aprofundar a percepção da cultura como algo ao alcance, apenas, de uma minoria da sociedade. Compreende-se, então, que em uma sociedade tão desigual como a brasileira, na qual a maioria da população não dispõe de tempo livre para dispensar à cultura, possuindo poucas condições financeiras para desfrutar de certos espaços, concentrar atividades culturais a ambientes e horários determinados é condenar a maioria da população à exclusão do direito de acesso à cultura. Nesse sentido,

[...] a visão tradicional da cultura, como simples enriquecimento do lazer, é profundamente antidemocrática, pois nada é mais desigualmente distribuído na nossa sociedade do que o tempo de lazer. Na mesma ótica, atenção particular é dada à melhoria da qualidade de vida dos segmentos sociais mais vulneráveis. É dever do Estado prover os meios para que esses grupos tenham, mais facilmente, acesso aos bens e serviços culturais (FURTADO, 2012, p.104).

Em contraposição à forma de se pensar cultura, Furtado (2012) fundamenta seu conceito de cultura e política cultural em um sentido antropológico do termo. Dito de outra forma, o autor defende que a cultura deve alcançar o cotidiano das pessoas, sendo capaz de ser percebida e usufruída nos espaços urbanos por onde as pessoas passam em seu dia a dia.

As primeiras iniciativas no campo das políticas culturais no Brasil surgiram, paradoxalmente, ainda no período ditatorial. Naquele momento, contudo, sua atuação era limitada e seu propósito era instrumentalizar tais ações a serviço do regime ditatorial vigente. Contudo, na década de 1980, os ventos da redemocratização trouxeram consigo a demanda social pelo direito de acesso à cultura e, no ano de

1985, a pasta da cultura alcançou status de Ministério. Três anos mais tarde, em 1988, o acesso à cultura era incluído na Constituição Federal, como um direito dos cidadãos e um dever do Estado.

Conforme destacam Calabre (2009) e Dias (2021), é interessante que as primeiras ações no campo da cultura tenham sido empreendidas na década de 1960, durante o período do regime militar. Nesse período é que foram criadas as primeiras agências governamentais ligadas ao campo cultural. Dentre elas, destacam-se: a criação do Conselho Federal de Cultura (1966), Embrafilme (1973), Departamento de Assuntos Culturais (1973) e a Funarte (1975).

No entanto, neste período, as iniciativas culturais colocavam-se a serviço da censura, instrumentalizadas para fortalecer a imagem do regime e fundamentadas na doutrina da segurança nacional. Na década de 1970, dois documentos importantes para o campo cultural foram elaborados: as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, de 1973, apresentando uma perspectiva na qual a cultura desempenharia um elo entre as políticas de segurança e de desenvolvimento, sendo entendida como uma abordagem generalista, o que acabava por minimizar a complexidade estrutural do Brasil. O segundo documento, a Política Nacional de Cultura, foi lançado em 1975 pelo Ministério de Educação e Cultura. Nele, estava destacado que o desenvolvimento nacional excederia o campo econômico, adentrando o campo social, e que a cultura exerceria uma função protagonista nesse processo (DIAS, 2021).

Incorporando o desenvolvimento econômico e social às demandas do setor cultural, a década de 1970 no Brasil privilegiou a criação de instituições especializadas e específicas para esse setor, reforçando a percepção de que uma pasta dedicada à cultura não poderia mais ser disposta em um segundo plano. Soma-se a isso o fortalecimento das reivindicações por maior participação política e o fim do regime autoritário. O final da década de 1970 trouxe o fortalecimento do processo de redemocratização e o enfraquecimento do caráter centralizador que marcava as ações culturais. Nesse período, Dias (2021) destaca a atuação do secretário de cultura Aloísio Magalhães, que é considerado o responsável pela aplicação de uma concepção ampliada da noção de cultura, assim como a de bens culturais. Tal concepção serviria como ponto de partida para as políticas culturais implementadas a partir da Nova República.

O início da década de 1980 forneceu elementos para a evolução institucional da cultura no país. As demandas sociais pela redemocratização ganharam força, momento em que o acesso à cultura passou a ser entendido e reclamado como um direito. Por outro lado, a partir das eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, e da diminuição da centralização do poder do regime autoritário, os governadores eleitos dispunham de legitimidade e capital político para o estabelecimento de secretarias estaduais de cultura. Tais secretarias, então, passaram a desempenhar uma importante função, pressionando e reivindicando a criação de uma pasta específica para a cultura no plano federal. Outro ator importante a ser destacado nesse processo de mobilização em torno de uma pauta nacional para a cultura é José Aparecido de Oliveira. José Aparecido foi nomeado Secretário de Cultura do estado de Minas Gerais pelo então governador eleito Tancredo Neves. Ao assumir este cargo, José Aparecido convocou uma reunião com secretários de cultura e equivalentes de alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, com o objetivo de criar um fórum de secretários estaduais de cultura. Sua atuação e capacidade de articulação foram determinantes para materializar, através da criação do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, um forte movimento, que demandava a criação de um ministério próprio para a cultura (DIAS, 2021).

No ano seguinte, em 1983, houve a criação deste Fórum, que se tornaria um dos principais articuladores para a criação do Ministério da Cultura. Diante desse cenário, Dias (2021) destacou a importância do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, uma vez que a abrangência territorial alcançada por eles, somada à legitimidade democrática detida pelos governadores recém-eleitos, atribuía maior peso às suas reivindicações. Destaca-se, ainda, a eficiência do Fórum ao conseguir incorporar outras instituições da sociedade civil à mobilização, como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Neste contexto social efervescente, foi criado no governo de José Sarney, em 1985, o Ministério da Cultura.

Dias (2021) destaca dois aspectos fundamentais para compreender o momento de surgimento do Ministério da Cultura: por um lado, o autor observa que a sua criação só poderia ser plenamente apreendida se levado em conta o contexto de redemocratização no qual ele ocorria. Assim, naquele momento, uma estrutura estatal voltada exclusivamente para a promoção de assuntos culturais surgia como a

premissa de um estado democrático, ainda mais considerando-se que o recente histórico da censura, exercida pelo regime ditatorial, remanesceu na lembrança da sociedade brasileira. A partir deste cenário, o autor sustenta que esses elementos convergiram para que a demanda por cultura passasse a ser vista e entendida como um direito. Por outro lado, e aqui reside o aspecto diferencial da análise empreendida por Dias (2021), a criação do Ministério da Cultura representaria a materialização da passagem do regime autoritário para a democracia.

Na esteira do processo da redemocratização brasileira, a criação do Ministério da Cultura, em 1985, representou o reconhecimento do direito à cultura como um direito à diferença. Tal processo evidenciava a necessidade de se repensar as ações no campo cultural. Tornava-se cada vez mais claro que as políticas públicas de cultura precisavam dar conta da diversidade social brasileira, rompendo o caráter elitista das atividades culturais, privilégio de uma minoria. Contudo, considerando o contexto social e político brasileiro de meados da década de 1980, Dias (2021) chama a atenção para uma importante relação de causa e efeito. Para o autor, a criação do Ministério da Cultura, em 1985, deveria ser entendida como a consequência da consolidação da percepção da cultura como um direito e não o contrário.

De acordo com Dias (2021), o Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, que criou o Ministério da Cultura, partiu de algumas premissas fundamentais, como a verificação do enriquecimento da cultura nacional com a integração e multiplicação de iniciativas culturais; a transformação e a complexificação dos assuntos educacionais e culturais; a necessidade de um ministério próprio, com a capacidade de fazer frente às demandas do setor e de colocar o debate cultural em primeiro plano; e a constatação de que o nível de desenvolvimento nacional alcançado demandaria o fortalecimento das políticas culturais no país.

Já em 1986 pelo menos dois pontos importantes marcam a história das políticas culturais no Brasil. Em março desse ano, Celso Furtado² foi nomeado ministro da Cultura do governo do presidente José Sarney. Sob sua iniciativa, aprovou-se a primeira lei de incentivos fiscais à cultura, permitindo que não apenas pessoas jurídicas pudessem usar investimentos em cultura para abatimento no imposto de renda mas, também, permitindo que pessoas físicas estivessem aptas a fazê-lo. A Lei

² Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/sobre-a-biblioteca-celso-furtado/quem-foi-celso-furtado#:~:text=Em%20mar%C3%A7o%20de%201986%20%C3%A9,de%20incentivos%20fiscais%20%C3%A0%20cultura>>. Acesso em: 12 set. 2023.

Sarney – Lei nº 7.505, de 02 de Julho de 1986³ – surge com o objetivo de normatizar os investimentos na área da cultura, destacando-se pelo fato de promover a democratização das ações culturais. Tal lei propunha que a sociedade civil assumisse o papel de definição das políticas culturais, além de financiar e controlar a execução dos recursos ao campo cultural.

A ideia de política cultural levada a cabo pelo Ministério da Cultura com Celso Furtado adiantaria, ao menos, três aspectos que viriam a ser centrais na forma com que se desenvolveriam as políticas culturais. Um primeiro aspecto, de ordem prática, refere-se à adoção da lei de incentivo fiscal, como instrumento para aumentar o volume de investimentos no campo cultural. Um segundo aspecto, de ordem conceitual, refere-se à percepção da política cultural como um importante componente de uma esfera mais ampla: a política social. Isso porque, como veremos, Furtado (2012) entendia o desenvolvimento como processo de aprofundamento das capacidades humanas, para o qual as políticas sociais, incluindo as políticas culturais, se mostravam como premissas fundamentais. Um terceiro aspecto, também de ordem conceitual, refere-se ao caráter democratizante que as políticas culturais demandam.

Nesse sentido, Furtado (2012) entendia que o papel do Estado passava pela implementação de uma política cultural que respondesse aos anseios da sociedade, refletindo, portanto, as demandas da população e a diversidade cultural brasileira. Defendia a compreensão do processo de desenvolvimento, levando-se em conta não apenas os aspectos econômicos e quantitativos, pois acreditava que esse processo, se analisado de forma solitária, resultaria em uma análise rasa e incompleta, incapaz, portanto, de dar conta da totalidade dos fenômenos sociais.

Desde então, as ações desenvolvidas por esse ministério visaram, inicialmente, fortalecer e institucionalizar esta pauta. Em um segundo momento, a finalidade desta pasta passou a ser a promoção da cultura para além dos marcos da cultura erudita, com a proposta de reconhecimento e valorização da diversidade cultural do país. Assim, as ações e políticas culturais passaram a ser dotadas de um caráter democrático, culminando, na década de 2000, com o entendimento da cultura como um pilar fundamental para o exercício da cidadania (DIAS, 2021).

A partir de 2003, as políticas culturais começam a ser entendidas como um importante elemento de promoção da cidadania, atuando em consonância com as

³https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm

políticas sociais adotadas, além de serem um efetivo veículo na implementação de um diálogo mais próximo com a sociedade civil.

O caráter democratizante, que marcou a gestão das políticas culturais a partir de 2003, já havia sido implantado durante a gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura. Isso porque tal legislação foi pensada para que a sociedade civil tomasse parte na questão de definir as ações culturais a serem implementadas pelo Estado. Logo, já estava presente naquele período a preocupação com o fato de que a proposição das políticas culturais deveria partir da sociedade.

Tal evolução na forma de entender, planejar e fazer políticas culturais iria culminar com a criação, em 2004, do Programa Cultura Viva. Este programa refletiu, com grande sucesso, as premissas que lhe deram origem, abrindo espaço às demandas sociais, restabelecendo pontes de diálogo entre sociedade civil e Poder Público, promovendo a valorização da diversidade cultural brasileira e alcançando territórios muito além dos grandes centros urbanos.

É precisamente este novo formato de planejar e executar que preconizam as políticas culturais o elemento responsável pelo seu caráter democratizante. Democratizante uma vez que abre um canal de diálogo entre sociedade civil e Estado, estabelecendo instrumentos de debate acerca das ações a serem implementadas, reconhecendo o diferente, reforçando identidades, alcançando novos espaços e territórios, estimulando a educação e o desenvolvimento profissional e movimentando a economia, distribuindo renda – reforçando, nos termos de Amartya Sen (2010), a condição de agente de uma parcela significativa da população. Neste entendimento, a política cultural passou a ser discutida com a sociedade civil e, conseqüentemente, as ações culturais incentivavam a participação popular, aproximando e aprofundando a relação do Estado com segmentos da população que, até então, haviam ficado à margem.

4 UM RAIOS-X DA CULTURA: A CARACTERIZAÇÃO DO CULTURA VIVA: CULTURA COMO DIREITO, CIDADANIA E ECONOMIA

O Programa Cultura Viva tornou-se um ponto de inflexão na forma de se fazer política pública na área da cultura no Brasil. Para Célio Turino (2009), o Programa Cultura Viva pode ser entendido como um canal de diálogo, de compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, resultando em um processo de mútuo aprendizado e fortalecimento da cidadania e cultura política.

Lançado pelo Ministério da Cultura em 2004, tornou-se a principal ação do Governo Lula I no campo cultural. Sua importância não se justifica pelo montante orçamentário destinado às atividades, mas pelo conceito que lhe serviu de inspiração e linha mestra na condução de suas ações. Logo, a atuação do Ministério da Cultura passaria a ser guiada por um conceito de desenvolvimento da cidadania, conforme os preceitos estudados a partir das obras de Celso Furtado e Amartya Sen. Com caráter democratizante e inclusivo, articulava três dimensões fundamentais da cultura: cultura como usina de símbolos; cultura como direito e cidadania; e cultura como economia (BRASIL, 2010).

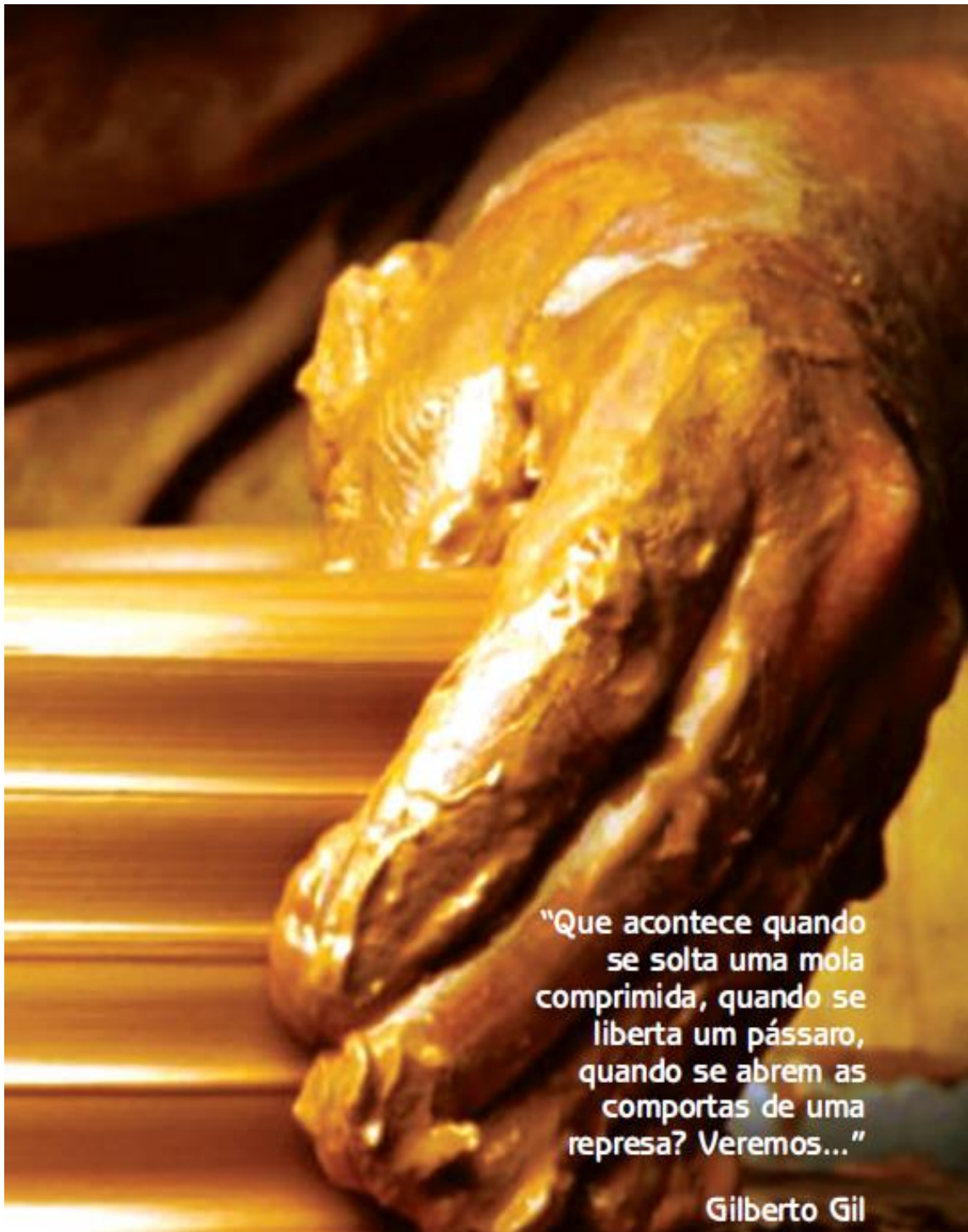
De acordo com o documento de apresentação oficial do Programa Cultura Viva,

O programa Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico, e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade (BRASIL, 2010, p. 18).

O então ministro da cultura, Gilberto Gil, assim definiu o programa Cultura Viva:

O programa **Cultura Viva** é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais do que um conjunto de obras físicas e equipamentos, implica a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples “deixar fazer”, pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio *do-in antropológico*. Mas, os rumos, as escolhas, as definições, ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações (BRASIL, 2010, p. 9, grifos no original).

Figura 1: Fazendo cultura.



Fonte: Documento oficial de lançamento do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com o documento oficial de apresentação do Programa Cultura Viva, lançado em 2004, o Ministério da Cultura, bem como o governo federal numa perspectiva mais ampla, assumem o entendimento de que o processo de redemocratização impunha a necessidade de uma nova maneira de se abordar a cultura brasileira, ultrapassando antigas visões hegemônicas estabelecidas por uma cultura elitista, assumindo, a partir de então, um compromisso com a diversidade cultural brasileira. Para tanto, justificava-se a criação de um programa de política cultural que se impusesse ao desafio e ao compromisso de buscar incluir os diversos grupos sociais que, historicamente, foram apartados do escopo das políticas públicas de cultura.

A partir de então, o Ministério da Cultura reconhecia um caráter pluridimensional da cultura, destacando, assim, três dimensões essenciais e interdependentes: a dimensão simbólica, referente ao imaginário, às diferentes expressões artísticas e manifestações culturais; a dimensão cidadã, assumindo a cultura como um direito, previsto em nossa Constituição, e como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano e, ainda, a dimensão econômica, reconhecendo na cultura um campo com imenso potencial subaproveitado de geração de emprego e renda.

O objetivo do programa era desenvolver-se como um organismo vivo, em um processo contínuo e dinâmico, fundamentado nos Pontos de Cultura, sua ação principal. Tais Pontos seriam baseados em atividades culturais já existentes nas comunidades. Assim, o Estado abdicaria de direcionar as ações culturais, com a intenção de incentivar iniciativas presentes nessas localidades. Ao reconhecer e incentivar as práticas culturais locais, o programa promove a cidadania, reconhecendo tais populações como sujeitos capazes de se manifestarem culturalmente (BRASIL, 2010).

Para alcançar o objetivo a que se propunha, atuar na reparação de desigualdades históricas, promover o desenvolvimento simbólico de comunidades periféricas, restabelecendo a cidadania e estimulando a geração de renda, seria necessário que tais ações culturais se referissem a ações já existentes nessas comunidades. Dito de outro modo, o sucesso do programa dependia de que as atividades culturais incentivadas dialogassem com suas comunidades, tivessem um caráter orgânico. Além disso, ancorado no reconhecimento da dívida do Estado com

as populações de baixa renda, historicamente cerceadas em seus direitos mais elementares, dentre eles o direito de acesso à cultura, o Programa Cultura Viva tinha como seu público prioritário exatamente essa faixa da população de baixa renda, localizada em áreas com a mínima presença do Estado e com precária oferta de serviços públicos.

O propósito do Programa Cultura Viva, muito além de buscar uma mera inclusão ao campo cultural através da expansão do consumo de produtos culturais, era reconhecer as ações culturais historicamente marginalizadas e fortalecer as iniciativas já existentes, propondo uma nova abordagem para a forma de atuação do Estado a partir de uma perspectiva compartilhada, em que Estado e sociedade dividiriam responsabilidades e definiriam, juntos, o caminho a seguir com referência às políticas culturais.

Figura 2: Logotipo do Programa Cultura Viva.



Fonte: Documento oficial de lançamento do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, uma vez que a circulação de informações e a troca de comunicações seria um aspecto central para o ideal funcionamento da rede projetada, algumas iniciativas foram previstas para dar conta de tal necessidade. Iniciativas como, por exemplo, o programa de TV Cultura Viva, a ser transmitido semanalmente, onde seriam apresentadas experiências e iniciativas verificadas na rede, além de um

espaço de discussão conceitual, apresentação de produtos e divulgação de agenda de eventos; o programa de rádio Cultura Viva, em que seriam apresentadas a mesma programação da TV, tendo, logicamente, sua linguagem adaptada ao rádio; *spots* televisivos do Cultura Viva, que seriam transmitidos na rede comercial; haveria, ainda, a criação do Portal Cultura Viva, que concentraria notícias sobre a rede – com a apresentação das iniciativas, manutenção de um banco de dados, contando, também, com um canal de discussão direta entre os Pontos; revista Cultura Viva, atuando como divulgadora das ações do programa, bem como servindo como instrumento de debate e aperfeiçoamento das iniciativas, complementando as anteriores. Contava-se, ainda, com o rigor da produção de uma série de Cartazes Cultura Viva, que seriam elaborados por artistas gráficos, havendo, inclusive, a possibilidade de abertura de concursos para a produção de cartazes pela comunidade. Por fim, constatava-se a previsão de expedições Cultura Viva, em uma ação inspirada nas Missões Folclóricas, dirigidas por Mário de Andrade, com o objetivo de mapear todas as iniciativas da rede, bem como de proporcionar um acompanhamento qualitativo dos Pontos de Cultura.

4.1 Os objetivos e público prioritário do Programa Cultura Viva

A partir da caracterização do Programa Cultura Viva, bem como dos conceitos que o fundamentavam, julga-se necessário destacar os objetivos apontados pelo programa, quais sejam:

- ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano e sustentável, tendo na cultura “a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente”;
- incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo;
- potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolve a todos”;
- estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios de linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem;

- promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia (BRASIL, 2010, p. 18-19, grifos no original).

No que se refere ao público prioritário para as ações do Cultura Viva, o documento de apresentação oficial do programa destaca os seguintes grupos:

- Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;
- adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- estudantes da rede básica de ensino público;
- habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;
- agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica, e militantes sociais, que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural;
- e todo o brasileiro que sonha com uma cultura viva (BRASIL, 2010, p. 19).

4.2 As cinco ações que compunham o Programa Cultura Viva

Os Pontos de Cultura representaram a principal ação do Programa Cultura Viva. Na prática, os pontos davam corpo à rede de atividades e agentes culturais propostos pelo Cultura Viva. Nesse sentido, os Pontos de Cultura atuavam como referência, responsabilizando-se por mediar a relação entre Estado e sociedade, bem como entre diferentes agentes culturais em diferentes comunidades. Não possuíam uma estrutura fixa, destacando-se a gestão compartilhada entre Poder Público e sociedade. A seleção dava-se através de editais. Além disso, não apenas membros da sociedade civil estavam aptos a participar dos editais mas, também, o Poder Público, através de editais específicos para instituições governamentais de estados e municípios.

Segundo o Minc (2010), os Pontos de Cultura podem ser entendidos como “intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (BRASIL, 2010, p. 8). Na prática, as ações e relações eram desenvolvidas pelos Pontos de Cultura. Para o então coordenador do Programa Cultura Viva, Célio Turino, os Pontos de Cultura podem ser entendidos como “[...] espaço de sedimentação da macro rede Cultura Viva - de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e

sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade” (BRASIL, 2010, p. 17, grifos no original).

A ação Agente Cultura Viva referia-se ao incentivo, principalmente aos jovens, para o desenvolvimento de capacitação profissional, objetivando suas atuações em alguma área vinculada à cultura. Esta ação ficava estritamente vinculada aos Pontos de Cultura. Assim, nos pontos em que se desenvolviam atividades audiovisuais, seriam oferecidos capacitação em filmagem, desenvolvimento de roteiros, etc.. Seu principal objetivo era, aproveitando a estrutura implementada pelo ponto de cultura, propor a capacitação da população interessada, objetivando a geração de renda. Com tal finalidade, a ação Agente Cultura Viva estabeleceu parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, através do programa Primeiro Emprego. Esta parceria possibilitava o oferecimento de bolsas e cursos de formação, bem como o acesso aos demais programas ofertados pelo Governo Federal.

A ação Cultura Digital, por sua vez, proporcionava os meios tecnológicos necessários para o desenvolvimento das atividades culturais, para o seu adequado registro e transmissão, bem como para a comunicação e o compartilhamento de experiências entre os diversos pontos de cultura. Além disso, por ser baseada em Software Livre, o código fonte dos programas era aberto, promovendo colaboração, permitindo o seu compartilhamento e melhoramento, conforme a necessidade. Tal ação possuía um forte caráter de promoção de autonomia e protagonismo, uma vez que, nos casos dos Pontos em aldeias indígenas, por exemplo, seus membros recebiam capacitação para a utilização das ferramentas tecnológicas, de forma a obter os meios necessários para que a história de seus povos pudesse ser contada por seus próprios integrantes. Ainda no que concerne a ação Cultura Digital, havia a preocupação com a correta utilização e reaproveitamento dos equipamentos digitais, através de um eixo temático chamado Meta reciclagem. O objetivo de tal eixo era aproveitar ao máximo os benefícios da tecnologia, sem perder de vista a preocupação ambiental. Assim, tal eixo propunha estímulos para a reutilização de materiais e componentes eletrônicos, que deveriam ser corretamente descartados, utilizando ao máximo as oportunidades alternativas como, por exemplo, o reaproveitamento de peças, o uso desses componentes, inclusive como matéria-prima para a produção artística, além de sua utilização para finalidades pedagógicas ou outras similares.

A ação Escola Viva objetivava a integração das atividades dos pontos de cultura às escolas, visando restabelecer e fortalecer a ligação entre cultura e educação. Para tanto, deveria haver parcerias entre Ministério da Cultura, Ministério da Educação e o Ministério dos Esportes. A partir dessa ação, atividades culturais, já desenvolvidas nas escolas, poderiam ser transformadas em pontos de cultura como, por exemplo, projetos de escola aberta aos finais de semana ou de recreação nas férias, quando seriam desenvolvidas atividades culturais e recreativas durante o período das férias escolares. Uma alternativa pensada seria o estabelecimento de parcerias diretas entre os Pontos e as escolas, situação em que os pontos passariam a atuar como um prolongamento da escola, onde poderiam ser desenvolvidos projetos culturais integrados ao currículo escolar, além de atividades no turno inverso ao período das aulas, através da realização de oficinas, bem como de atividades esportivas, por exemplo.

Finalmente, os Griôs - Mestres dos Saberes referia-se a uma ação que não havia sido proposta inicialmente, quando do lançamento do Programa Cultura Viva, juntamente com as quatro ações citadas acima. No entanto, após o lançamento do primeiro edital e do recebimento das propostas, verificou-se essa lacuna no conceito que fundamentava as ações do programa. Segundo o documento de apresentação do Programa Cultura Viva (2010), “[...] observamos que faltava uma integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto reinterpretação do passado, e ruptura enquanto invenção do futuro. Assim, incluímos uma quinta ação: o Griô” (BRASIL, 2010, p. 28). Tal ação tratava de incentivar a manutenção e continuidade de conhecimentos culturais tradicionais, passados de geração a geração. Através dessa iniciativa, objetivava-se garantir a transmissão dos saberes tradicionais das comunidades. Logo, os griôs, detentores de saberes populares como, por exemplo, artesãos, músicos e outros similares, receberiam um salário-mínimo por mês para ensinar jovens, repassando seu conhecimento e perpetuando sua cultura nativa.

A partir da estrutura do Programa Cultura Viva, “radiografada” acima, resta acrescentar, por fim, que os projetos seriam selecionados por meio do lançamento de editais públicos. Além disso, o Programa Cultura Viva era composto por um Conselho Consultivo, formado com intelectuais, acadêmicos e artistas, Conselho este responsável por conduzir a sistematização e organização dos conceitos que

norteariam as ações do programa, atuando na compreensão da cultura brasileira contemporânea, efetivada pelos Pontos de Cultura.

Figura 3: Publicidade do Festival Cultura Viva sediado em Cabo Frio - RJ.



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro⁴.

4.3 Pontos de Cultura: a base efetiva do Programa Cultura Viva

O aspecto diferencial do Programa Cultura Viva, com sua linha mestra fundamentada na democratização da cultura e na promoção da cidadania cultural, estava solidamente ancorado em uma ação inovadora, revolucionária: a implementação dos Pontos de Cultura. Diferentemente de todas as políticas culturais implementadas no plano federal, a ideia dos Pontos de Cultura subverteu a direção e o sentido da política cultural ordinária. Com os Pontos de Cultura, ao invés da

⁴ Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/cabo-frio-vai-sediar-a-primeira-edicao-do-festival-cultura-viva/>. Acesso em 10 dez. 2023.

orientação dos investimentos culturais partir do Estado ou da iniciativa privada com a utilização das leis de incentivo fiscal, seria a sociedade quem indicaria suas necessidades e interesses culturais, determinando como e de que forma aplicar os recursos disponíveis. Quando do lançamento oficial do Programa Cultura Viva pelo Ministério da Cultura, em 2004, o então ministro da cultura, Gilberto Gil, assim definiu a atuação e o propósito dos Pontos de Cultura: “Os **Pontos de Cultura** são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (BRASIL, 2010, p. 8, grifos no original).

Conforme aponta Célio Turino (2009), a teoria de sustentação dos Pontos de Cultura está fundamentada em uma equação que envolve autonomia, protagonismo e articulação em rede. Tais elementos proporcionariam meios para a superação de relações de dependência e assistencialismo que, frequentemente, caracterizam as políticas públicas (TURINO, 2009, p. 66). Para tornar mais clara a compreensão da proposta do Programa Cultura Viva, bem como de sua principal ação – os Pontos de Cultura –, Turino (2009) utiliza-se da seguinte metáfora: enquanto os Pontos de Cultura atuam como pontos (base) de apoio, o Programa Cultura Viva atua como alavanca. Nesse sentido,

Como parte de um sistema vivo, o Ponto de Cultura funciona como sedimentador e aproximador de iniciativas e ações e são essas ações que garantem a vitalidade do sistema, alimentando-o, constantemente, com novas ideias e fazeres. Essa concepção de sistema vivo faz com que o uno e o múltiplo sejam complementares e, ao mesmo tempo, diversos. [...] As ações do Cultura Viva funcionam como usinas de força, irrigando os Pontos com novos questionamentos e ideias. Um “tecer junto” em uma teia infinitamente composta a partir de pontos, antes isolados, que se percebem integrantes de algo mais amplo. [...] Se Ponto de Cultura é a simplicidade, o Cultura Viva é a complexidade; e ambos se completam, integrando um tecido comum, que vai além das determinações e acasos (TURINO, 2009, p. 85-86).

Figura 4: Manifestações populares.



Fonte: Simões Filho FM⁵.

A ideia – e a prática – dos pontos de cultura surge ainda na década de 1990, no município de Campinas, interior do estado de São Paulo. Entre 1990 e 1992, Turino comandou a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas/SP, período no qual iniciou o protótipo do projeto que viria a ser, mais de uma década após, o programa dos Pontos de Cultura no plano federal. Nesse período, a partir de demandas comunitárias, chegaram a ser implementadas 13 Casas de Cultura. Tais atividades recebiam do município alguns incentivos como, por exemplo, a doação de uma pequena biblioteca, cursos de orientação de leitura, oficinas artísticas, ingressos gratuitos para eventos culturais no teatro municipal, além de um agente comunitário – escolhido pela própria comunidade – que recebia um salário-mínimo para o desempenho de suas atividades. Assim, alguns aspectos fundamentais – como o aproveitamento de estruturas físicas já existentes, o protagonismo comunitário, definindo o espectro das atividades culturais a serem desenvolvidas, bem como o estabelecimento de uma incipiente rede de apoio para o aproveitamento de espaços comunitários destinados à realização das atividades – que viriam a compor, no futuro, o conceito dos Pontos de Cultura, começavam a ser mobilizados e colocados em prática.

⁵ Disponível em: <https://simoesfilhofm.com.br/2023/09/25/ministerio-da-cultura-lanca-editais-da-cultura-viva-de-base-comunitaria/>. Acesso em 10 dez. 2023.

Ainda segundo Turino (2009), a ideia dos Pontos de Cultura e, conseqüentemente, do Programa Cultura Viva, era inverter o sentido da política cultural: passava a ser o Brasil de baixo para cima. Tratava-se, em outras palavras, de uma nova relação, um novo pacto entre Estado e sociedade, em que ao primeiro caberia o compromisso de investir os recursos disponíveis para a promoção cultural, cabendo ao segundo propor *como* esses recursos deveriam ser investidos. Nesta relação, portanto, há um deslocamento do Estado de um lugar de orientação e definição das formas de cultura a serem privilegiadas, para um tipo de Estado que dispõe dos recursos necessários para serem aplicados conforme as demandas sociais. Contudo, além de se tratar de um novo formato na relação Estado-sociedade, tratava-se, também, de uma nova forma de abordagem da cultura, em que se deixava de entendê-la como um produto – a ser oferecido pelo Estado – para percebê-la como um processo. Neste sentido, Turino (2009) afirma que:

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas e, sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, 2009, p. 64).

Logo, se o Programa Cultura Viva pode ser concebido como uma rede orgânica de gestão e compartilhamento de iniciativas culturais, é através dos Pontos de Cultura que tal concepção se materializa. O caráter inovador dos Pontos de Cultura reside em, pelo menos, três aspectos: pertencimento, escala geográfica ampliada e reconhecimento. Acerca do primeiro aspecto, o pertencimento, uma vez que a iniciativa cultural já existia, já havia uma relação de pertencimento daquela atividade cultural com o local e contexto no qual ela estava inserida. Dito de outra forma, aquela ação cultural que, então, passava a ser um Ponto de Cultura, já fazia sentido para aquela comunidade na qual atuava. Portanto, tal atividade compartilhava do mesmo cotidiano da localidade onde estava inserida, enfrentando as mesmas dificuldades, formada por moradores locais, estando, dessa forma, muito mais apta a refletir as demandas da comunidade.

Figura 5: Cultura por todos os cantos.



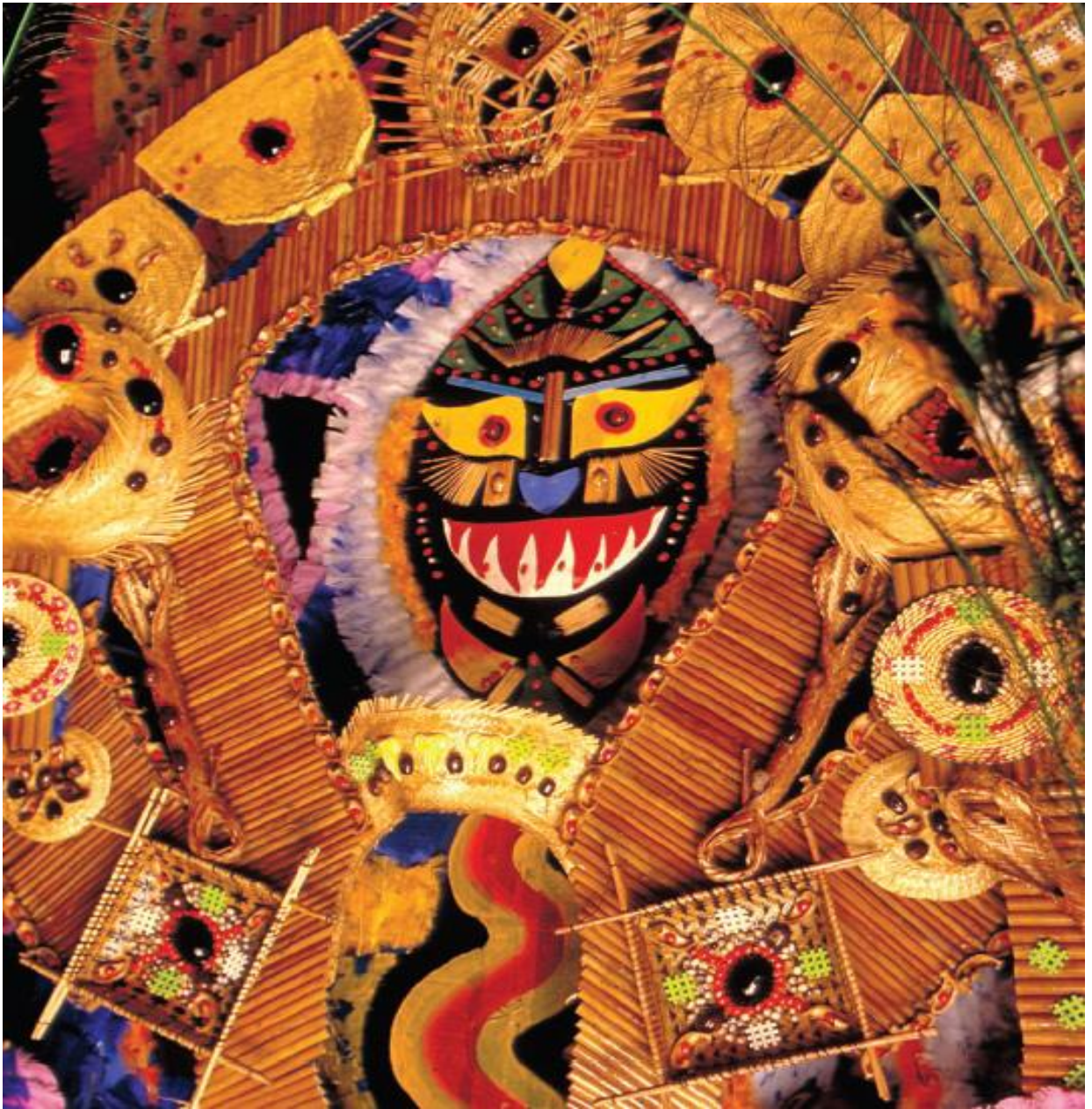
Fonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte⁶

No que se refere ao segundo aspecto, a escala geográfica ampliada, uma vez que se tratava de iniciativas culturais de pequeno e médio porte já existentes, o poder de capilaridade dos Pontos de Cultura tornou-se um marco importante para a execução dessa política cultural. A abrangência que atingiu essa política pública foi notável, alcançando desde as periferias das grandes metrópoles a tribos indígenas da região amazônica.

⁶ Disponível em:

<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2023/05/implementa%C3%A7%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica-cultura-viva-em-belo-horizonte-em-debate>. Acesso em 10 dez. 2023.

Figura 6: Arte indígena.



Fonte: Documento oficial de lançamento do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2010).

Quanto ao terceiro aspecto, o reconhecimento, é possível dizer que este não apenas complementa os dois aspectos anteriores, como também amarra o conceito dos Pontos de Cultura, sintetizando o seu principal propósito. Isso porque, a partir do momento em que uma atividade cultural, já existente em uma determinada comunidade, passa a ser apoiada pelo Ministério da Cultura, tal atividade também passa a ser reconhecida pelo governo federal como um projeto que promove o fazer cultural. Logo, aquela ação cultural torna-se reconhecida como legítima pelo Estado, superando, portanto, o estigma de cultura marginalizada.

A partir do entendimento dessa nova relação entre Estado e sociedade, e da percepção da cultura como um processo, torna-se claro o caráter cidadão de tal iniciativa. Caráter cidadão uma vez que estimula o protagonismo social da população, que deixa de esperar passivamente ações e produtos culturais do Estado que, ainda que lograsse vencer os desafios geográficos de um país continental como o Brasil, enfrentaria enormes dificuldades para oferecer uma política cultural feita sob medida para as demandas, interesses e realidade de cada comunidade. Tomando por base tal iniciativa, foram implementados meios para que os cidadãos, através da legitimação estatal da qual passaram a ser dotados, pudessem reconhecer-se, atuando com autonomia, buscando empoderar-se ao longo desse processo, para a concretização de uma emancipação cidadã.

Contudo, o ganho de autonomia cidadã nesse novo formato de relacionamento Estado-sociedade trouxe consigo, logicamente, alguns pontos de tensão, uma vez que passou a colocar em pé de igualdade os dois atores dessa relação (TURINO, 2009). Tensão essa que surgiu de uma relação entre atores tão desiguais, guiados por lógicas muitas vezes antagônicas. De um lado, tem-se o Estado, com seu enorme peso e tamanho, articulando suas ações através de suas rotinas burocráticas, necessitando obedecer rígidos parâmetros de controle e fiscalização legais de utilização de recursos públicos. De outro lado, tem-se artistas, criadores e produtores culturais com tamanho infinitamente menor, imersos em fluxos muito mais dinâmicos de criação, produção e execução de suas atividades culturais.

Porém, o resultado esperado da tensão nessa nova relação é um processo de aprendizagem mútua, aspecto central na promoção da cidadania e da participação democrática, além do fortalecimento da cultura política. Por um lado, tem-se os cidadãos aprendendo e compreendendo a lógica de funcionamento dos órgãos

públicos, buscando o conhecimento das ferramentas necessárias para o melhor desenvolvimento dessa relação. Por outro lado, tem-se o Estado, que caminha para uma postura mais flexível, compartilhando poder com a sociedade.

4.3.1 Aspectos operacionais e burocráticos dos Pontos de Cultura

Após a exposição dos conceitos que fundamentaram a criação dos Pontos de Cultura, faz-se necessário apontar de que maneira tais formulações foram trazidas à prática. Assim, o processo iniciou-se com a publicação de edital de chamamento de propostas do Ministério da Cultura. Os interessados deveriam submeter seus projetos, que seriam analisados por uma Comissão Nacional de Avaliação, composta por funcionários governamentais e personalidades do campo artístico. Uma vez aprovado o projeto, realizou-se a assinatura de um convênio entre proponente e Ministério da Cultura.

Inicialmente, os valores disponíveis possuíam o teto máximo de R\$ 185.000,00, distribuídos em parcelas semestrais, com prazo máximo de investimento de dois anos e meio, conforme o período estipulado na proposta aprovada. A primeira parcela possuía o valor mínimo de R\$ 20.000,00 e, parte dela deveria, obrigatoriamente, ser utilizada na compra do kit multimídia, desenvolvido em software livre. Tal kit era composto por um computador, um mini estúdio para gravação de CD, câmera digital e uma ilha de imagem. Tais equipamentos conectavam-se através de internet banda-larga.

Além disso, havia ainda o planejamento de instalação de Pontos de Cultura em território estrangeiro, em localidades dotadas de considerável comunidade de brasileiros. Cada Ponto localizado no exterior receberia um valor de 30 mil dólares/ano, ao longo de três anos. Nesses casos, os recursos seriam captados juntamente a empresas, organismos multilaterais e governos amigos.

Um importante aspecto operacional para a implementação da rede dos Pontos de Cultura foi a criação dos Pontões. De acordo com o documento oficial de apresentação do Programa Cultura Viva:

Os Pontões serão espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos **Pontos de Cultura**, que receberão recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dará por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos

locais, e sua missão será a de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos (BRASIL, 2010, p. 21, grifos no original).

Além de Pontos e Pontões, o Poder Público, através de governos estaduais e prefeituras, poderia compor a rede. Assim, sua atuação ocorreria de três maneiras distintas: uma primeira alternativa de participação de governos estaduais e prefeituras poderia ser como proponentes de um ou mais Pontos de Cultura. Logo, governos estaduais e municipais deveriam participar de edital específico para instituições governamentais. Uma segunda alternativa de participação seria como parceiro de um ou mais projetos propostos por uma entidade. Nesses casos, o Poder Público atuaria oferecendo apoio e orientação de projetos no âmbito de suas comunidades. Finalmente, a terceira alternativa de participação do Poder Público na rede de Pontos de Cultura seria como cogestor, atuando conjuntamente com o Ministério da Cultura na seleção de projetos de Pontos de Cultura. Aqui, sua atuação define-se como concedente, responsabilizando-se pela disponibilização de parte dos recursos para a implementação dos projetos.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INFERÊNCIAS

5.1 Apresentação

Conforme apresentado nos aspectos metodológicos, descritos no Capítulo 2, o objetivo geral desta dissertação foi estabelecer um debate acerca das implicações práticas na inclusão social, proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do Programa Cultura Viva. Para alcançá-lo, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, quais sejam: (1) descrever o histórico do Ministério da Cultura; (2) apresentar o Programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura; (3) debater a política cultural implementada pelo Governo Lula I; (4) revisar o referencial teórico acerca do conceito ampliado de desenvolvimento, a partir dos aportes teóricos de Celso Furtado e Amartya Sen. No presente capítulo, apresentaremos o *corpus* da pesquisa, bem como procederemos à sua análise e problematização.

Considerando que nosso objetivo geral parte de uma contraposição entre, de um lado, conceito e, de outro, suas implicações práticas, optou-se por dividir a análise em duas etapas, sendo a primeira relacionada ao conceito e a segunda relacionada aos resultados práticos. A conclusão das duas etapas nos proporcionará os subsídios necessários para estabelecer o debate proposto no objetivo geral.

Na primeira etapa, buscou-se verificar se, de fato, o conceito ampliado de desenvolvimento – nos moldes apresentados por Celso Furtado e Amartya Sen – poderia ser identificado tanto no momento da concepção do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva, quanto no momento de sua avaliação, realizada anos mais tarde. Para realizar tal verificação, foram estabelecidas palavras-chave capazes de sintetizar e reproduzir o sentido do conceito ampliado de desenvolvimento, apresentado pelos referidos autores. Após a seleção das palavras, procedeu-se à verificação de sua ocorrência e frequência nos dois documentos oficiais do *corpus* da pesquisa, utilizando-se, para isso, o comando Localizar (Ctrl+F) do leitor de texto. As palavras-chave escolhidas foram as seguintes:

- 1- desenvolvimento, bem como a sua variante desenvolver;
- 2- inclusão, bem como a sua variante incluir;
- 3- autonomia;

4- emancipação;

5- protagonismo, bem como sua variante protagonista.

Em relação à ocorrência das palavras-chave selecionadas, algumas observações precisam ser feitas: logicamente, o contexto em que tais palavras apareciam foram considerados, descartando-se as ocorrências que não se referissem ao contexto apresentado pela conceituação de Celso Furtado e Amartya Sen. Além disso, a ocorrência da mesma palavra-chave na mesma frase e com o mesmo sentido foi contabilizada apenas uma vez, de forma a não duplicar a ocorrência do sentido conceitual buscado. Outro evento verificado, quando da análise, foi a ocorrência de mais de uma palavra-chave diferente na mesma frase. Nestes casos, contabilizou-se apenas uma ocorrência em uma das palavras-chave, de forma a não duplicar a ocorrência do sentido nos resultados. Finalmente, em relação à palavra-chave desenvolvimento, considerou-se apenas as ocorrências que se referiam ao desenvolvimento em um sentido de desenvolvimento humano, seja de maneira individual ou coletiva, como grupo, sociedade.

Dois documentos oficiais do Ministério da Cultura foram selecionados para a realização da análise de conteúdo, quais sejam:

1. Documento base do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania, o Cultura Viva (publicação oficial, versão digital);
2. Documento de avaliação do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – o Cultura Viva – publicado pelo IPEA em 2010 (publicação oficial, versão digital).

A escolha de tais documentos justifica-se uma vez que se trata de documentos oficiais do Ministério da Cultura referentes ao Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva em diferentes momentos no tempo. O primeiro documento refere-se à apresentação do programa – quando de seu lançamento, no ano de 2004, contendo a apresentação de suas premissas conceituais, bem como apresentando sua estrutura burocrática e operacional. Já o segundo documento refere-se a um momento de avaliação da situação em que se encontrava o programa, após alguns anos de sua instituição. Trata-se, pois, de um importante documento oficial, que apresenta dados valiosos para a análise dos primeiros anos de implementação do programa. Os dados apresentados neste documento de avaliação referem-se aos anos de 2007 e 2008 e foram levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

No que se refere à segunda etapa da análise proposta, serão abordados dados e indicadores levantados e apresentados pelo Documento de Avaliação do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – o Cultura Viva – publicado pelo IPEA em 2010 (publicação oficial, versão digital). A partir das informações levantadas nas duas etapas da análise, ter-se-á condições de estabelecer o debate proposto no objetivo geral.

5.2 Análise

5.2.1 Primeira etapa da análise: identificação do conceito

A busca pelas palavras-chave selecionadas no primeiro documento analisado, Documento base do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania, o Cultura Viva (publicação oficial, versão digital), resultou na verificação de 22 ocorrências (Tabela 1).

Quadro 1: Ocorrências de palavras-chave selecionadas no primeiro documento analisado.

Nº	Palavra-chave	Ocorrência
1	Desenvolvimento	O Ministério reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural. De modo geral, são três as dimensões interdependentes. A dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais; a cultura como cidadania, direito assegurado na Carta Magna, nas Declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano ...
2	Desenvolvimento	Por meio do Programa Cultura Viva, o Minc envolverá milhões de jovens no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que, certamente, reverterá em benefício de toda a sociedade brasileira, eis que atuando em favelas e ajudando a cicatrizar nossas explosivas feridas sociais.
3	Desenvolvimento	... identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo na cultura “a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente”.
4	Desenvolvimento	O processo de metareciclagem é um dos principais eixos temáticos da ação Cultura Digital. Seu principal objetivo é transformar equipamentos tidos como ultrapassados em tecnologias apropriadas ao desenvolvimento social .
5	Desenvolvimento	Assim sendo, em consonância ao tratamento dado à cultura, pode-se dizer que se espera, a partir desses instrumentos, captar o alcance dos objetivos do programa em seus conceitos básicos: as trocas culturais, o fortalecimento de iniciativas culturais locais, o desenvolvimento , nos indivíduos, da consciência crítica e do espírito solidário e cooperativo, incluindo o respeito às diferenças.

6	Desenvolvimento	Num momento em que o combate à pobreza está ocupando o centro do debate político e econômico nacional, depois de décadas em que o problema permaneceu longe dos holofotes, o Governo Federal, em seus programas sociais, vem chamando a atenção para a cultura como importante fator de desenvolvimento social e econômico, como desenvolvimento humano .
7	Desenvolvimento	É preciso rever o pensamento econômico convencional e avançar na ideia da construção do “capital social”, reexaminando as relações entre cultura e desenvolvimento .
8	Desenvolvimento	O Programa Cultura Viva pretende discutir e encontrar alternativas de desenvolvimento humano sustentável junto às comunidades e movimentos sociais que visa atingir.
9	Inclusão	Deslocando o Minc da posição marginal a que foi relegado em governos anteriores e ao colocar em prática a robusta – e necessariamente transversal – ação de inclusão social ora em curso, o Governo Lula optou por reconhecer a centralidade da cultura no impulso de um desenvolvimento sustentável e, em especial, a importância da cultura.
10	Inclusão	... Justamente por isso, um processo de inclusão social pela cultura não poderia ser programado no vazio - ou estaria condenado de antemão ao fracasso, em consequência do seu desenraizamento comunitário.
11	Inclusão	... os Agentes Cultura Viva como protagonistas de um processo que integra inclusão social , econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória...
12	Incluir	... Ao formular programas inéditos, como o Cultura Viva, passou-se a incluir a diversidade cultural brasileira no escopo das ações de fomento, incluindo o complexo índio e o negro-mestiço e envolvendo todas as linguagens e formações.
13	Incluir	... Com este foco bem nítido, trata-se de incluir no circuito de trocas simbólicas uma população que, sobrevivendo em meio a violentas contrariedades, oferece imprescindível contribuição à formação cultural de todos os brasileiros.
14	Autonomia	... Operar em Software livre significa que o código fonte dos programas estará aberto, podendo ser modificado e melhorado por toda a comunidade que o utiliza. Isto é autonomia , poder. Ao contrário de capacitar as pessoas apenas para aprender a “mexer” nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretendemos que nos Pontos de Cultura elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação.
15	Autonomia	Desta forma, o programa contribuirá para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual o “saber-fazer” e o “saber-ser”, de cada canto do País, possa ser alargado e aprofundado, mantendo-se aberto à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania.
16	Autonomia	... Autonomia não se dá. Adquire-se no processo, na relação entre os pares (os outros Pontos de Cultura), na interação com a autoridade (sociedade-Estado) e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.

17	Autonomia	Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural.
18	Autonomia	Autonomia , protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos. São conceitos em construção e seus significados só ganham relevância na proporção em que se relacionam e quando expressam as experiências dos próprios Pontos de Cultura, contribuindo para a construção de uma gestão compartilhada e transformadora.
19	Protagonismo	... Tal modo de pactuar com a sociedade foi definido como Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social ...
20	Protagonismo as comunidades estão sendo capacitadas para produzir a sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo o seu protagonismo .
21	Protagonismo	O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas.
22	Protagonismo	Por isso, o protagonismo se faz tão essencial no processo de construção dos Pontos de Cultura, registrando uma marca, erguendo uma bandeira a ser exposta na frente de cada Ponto, e lembrando a todos que “Aqui se faz cultura”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao segundo documento analisado, o Documento de avaliação do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – o Cultura Viva – publicado pelo IPEA em 2010 (publicação oficial, versão digital), a busca pelas palavras-chave selecionadas resultou na verificação de 15 ocorrências, dispostas na Tabela 2.

Quadro 2: Ocorrências de palavras-chave selecionadas no segundo documento analisado.

Nº	Palavra-chave	Ocorrência
1	Desenvolvimento	O desenvolvimento , por sua vez, significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria da qualidade de vida. Assim, deve ser medido pela distribuição dos recursos gerados que permitem a apropriação transformação do mundo, e por critérios como liberdade e equidade, os quais são determinados pela capacidade de uso, criação e recepção de recursos culturais objetivos.
2	Desenvolvimento	... As políticas culturais não têm uma finalidade em si, mas visam a processos mais amplos relacionados aos valores políticos e à igual dignidade conferida à vida de cada um. Portanto, ligam-se a processos e valores mais gerais de desenvolvimento social .
3	Desenvolvimento	A democracia cultural, como conjunto de eventos que envolve distribuições de bens, oportunidades participação na criação e em fluxos de decisão, se irradia para os processos contínuos de desenvolvimento .

4	Desenvolvimento	... Ela significa crescente melhoria das condições de vida e reconhecimento de que formas alternativas de vida e cultura devem ser consideradas em sua dignidade, inclusive por contribuírem para o desenvolvimento e para o convívio e interação dos diferentes, ou para a interculturalidade.
5	Desenvolvimento	... desenvolvimento é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política...
6	Desenvolvimento	As políticas culturais, que se relacionam de forma íntima com a produção e circulação simbólica, devem oferecer, também aqui, recursos que possibilitem a ampliação dos espaços públicos para o autodesenvolvimento pessoal e coletivo , o que é de especial importância para os grupos etários mais jovens.
7	Desenvolvimento	Seja como for, as dificuldades apontadas devem chamar a atenção de outras políticas setoriais para a percepção de que o acesso aos espaços públicos culturais deve ser tratado dentro dos quadros de um desenvolvimento integral da cidadania.
8	Desenvolver	O programa se propõe a sanar parte desses problemas, apoiando a formação inicial de mediadores (agentes das instituições escolares ou da comunidade), aproximando a cultura dos jovens em situação de exclusão dos “circuitos mais elaborados da cultura e das artes”. Também tenta desenvolver potencialidades profissionais no campo da produção, circulação e difusão de bens culturais...
9	Inclusão	A questão enfatizada aqui é que o esforço de inclusão não depende apenas da cultura como política setorial, mas do conjunto de políticas de reorganização do espaço urbano e de reconhecimento de direitos e transversalidades para sua realização na área social.
10	Inclusão	Em um quadro de carência da presença do setor público e de equipamentos que estimulem o desenvolvimento da cultura e das práticas a ela relacionadas - tal carência não é apenas responsabilidade estrita das políticas do setor cultural -, fica evidente que a forma organizacional que associa Estado e sociedade civil é flexível e capaz de gerar processos de inclusão cultural e social .
11	Autonomia	A análise mostra o papel do programa no sentido de potencializar os dinamismos culturais locais, ao promover a integração de jovens na mecânica e no aprendizado da autonomia , da ação cultural e da solidariedade.
12	Autonomia	Um dos argumentos recorrentemente destacados foi que o programa é diferenciado por focar as comunidades, valorizando sua cultura, diversidade e autonomia mais que a dependência, uma vez que os pontos de cultura levam à construção de cidadania e ao resgate da autoestima e da cultura popular.
13	Autonomia	Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Criado na Teia 2007, o fórum, reconhecido como a instância política dos pontos de cultura, reúne representantes dos fóruns estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços na gestão compartilhada do programa Cultura Viva.
14	Protagonismo	O planejamento da atividade e a participação da comunidade formam um dos indicadores mais importantes do desenvolvimento e do protagonismo .

15	Protagonismo	... Objetivos: fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais.
----	--------------	---

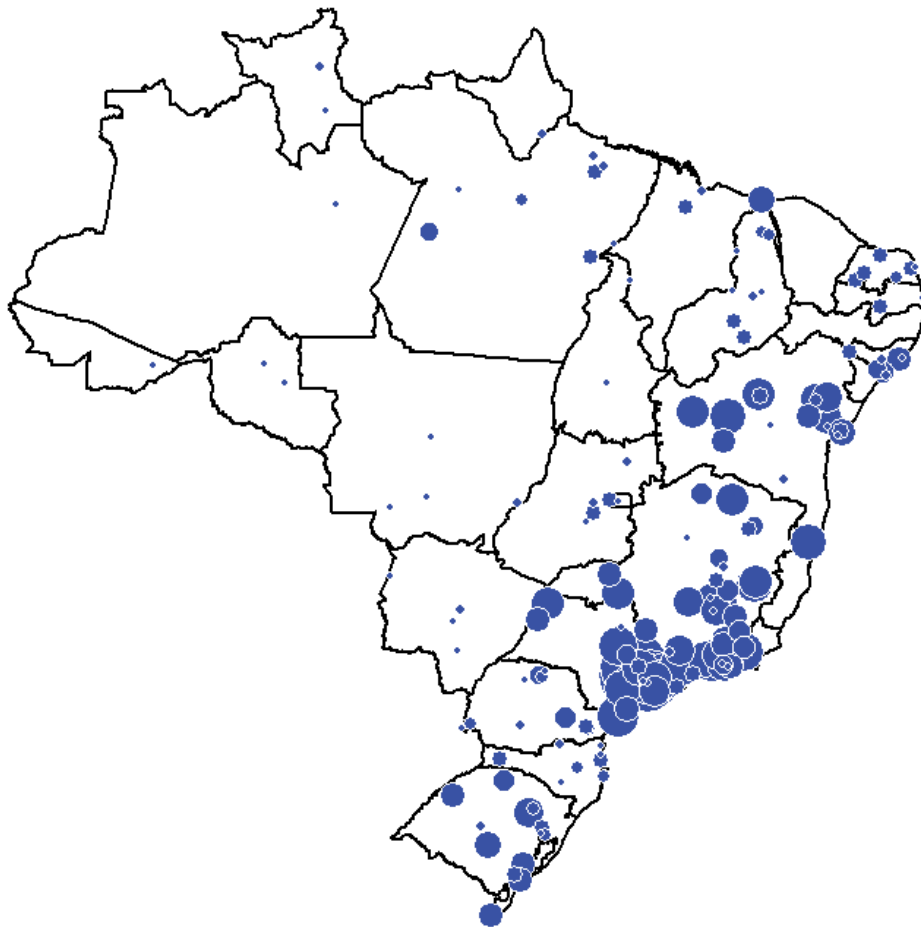
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2 Segunda etapa da análise: apresentação de alguns dados práticos

A partir da leitura do segundo documento selecionado para o *corpus* de pesquisa, o Documento de avaliação do Programa Nacional de Arte, Educação e Cidadania – o Cultura Viva – publicado pelo IPEA em 2010, foram selecionados alguns importantes indicadores do estado em que se encontrava o Programa Cultura Viva nos anos de 2007 e 2008, informações essas capazes de nos fornecer subsídios para estabelecermos um debate acerca das implicações práticas na inclusão social, proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do programa.

Uma primeira informação relevante refere-se à distribuição geográfica dos Pontos de Cultura entre os anos de 2007 e 2008, ou seja, após cerca de quatro anos de implementação do Programa Cultura Viva. Julgou-se, então, ser essa uma informação bastante importante, considerando que o caráter democratizante da política cultural foi, desde o início do Governo Lula I, um dos principais eixos do Ministério da Cultura. A Figura 7 possibilita-nos uma fácil verificação das regiões do país em que se concentraram, com maior regularidade, os Pontos de Cultura naquele período.

Figura 7: Dispersão geográfica dos Pontos de Cultura nos municípios brasileiros em dezembro de 2007.



Fonte: IPEA, 2010

Além disso, uma premissa fundamental do Programa Cultura Viva baseava-se na realização de uma política cultural abrangente e que tivesse como ponto de partida a própria comunidade, mantendo, dessa maneira, uma relação orgânica entre a atividade cultural e o seu entorno. A Figura 8 permite-nos verificar a existência anterior das atividades dos pontos de cultura, bem como o tipo de organização responsável pela sua execução.

Figura 8: Distribuição de atividades realizadas antes da criação do ponto de cultura, por Região

Região	Não eram realizadas	Associações	Comunidade	Grupos artísticos	Pessoas	Empresas	Empresas
Norte	8	58	4	8	4	-	8
Nordeste	16	59	5	16	2	-	2
Sudeste	21	54	10	11	5	1	1
Sul	18	51	11	22	-	-	9
Centro-Oeste	11	41	4	-	7	-	4
Total	17	55	8	14	5	0	3

Fonte: IPEA, 2010.

Neste sentido, uma vez que era fundamental para os objetivos do Programa Cultura Viva fortalecer manifestações culturais e artísticas já existentes nas comunidades, fazia-se imprescindível a mobilização e participação das pessoas que pertenciam a estas localidades. As Figuras 9 e 10 mostram, respectivamente, um diagnóstico dos indivíduos que trabalhavam nos Pontos de Cultura e do público que frequentava as atividades por eles oferecidas em 2007. A Figura 11, por sua vez, nos traz um detalhamento do perfil das pessoas que atuavam nos Pontos de Cultura naquele ano.

Figura 9: Pessoas que trabalhavam nos Pontos de Cultura.

Região	Total	São da comunidade	% Comunidade	Remunerados (comunidade)	%	Voluntários (comunidade)	%
Norte	213	172	81	68	40	104	60
Nordeste	1.395	952	68	445	47	507	53
Sudeste	1.805	1.140	63	806	71	334	29
Sul	310	249	80	140	56	109	44
Centro-Oeste	358	255	71	188	74	67	26
Total	4.081	2.768	68	1.647	60	1.121	40

Fonte: IPEA, 2010.

Figura 10: Pessoas que frequentam os Pontos de Cultura.

Região	Pessoas com frequência regular nas atividades do Ponto	Quantas são da comunidade	Pessoas com frequência esporádica nas atividades do Ponto
Norte	7.150	6.770	44.720
Nordeste	29.814	21.106	148.360
Sudeste	62.072	43.028	787.571
Sul	18.506	8.261	115.320
Centro-Oeste	6.947	6.668	68.190
Total	124.489	85.833	1.164.161

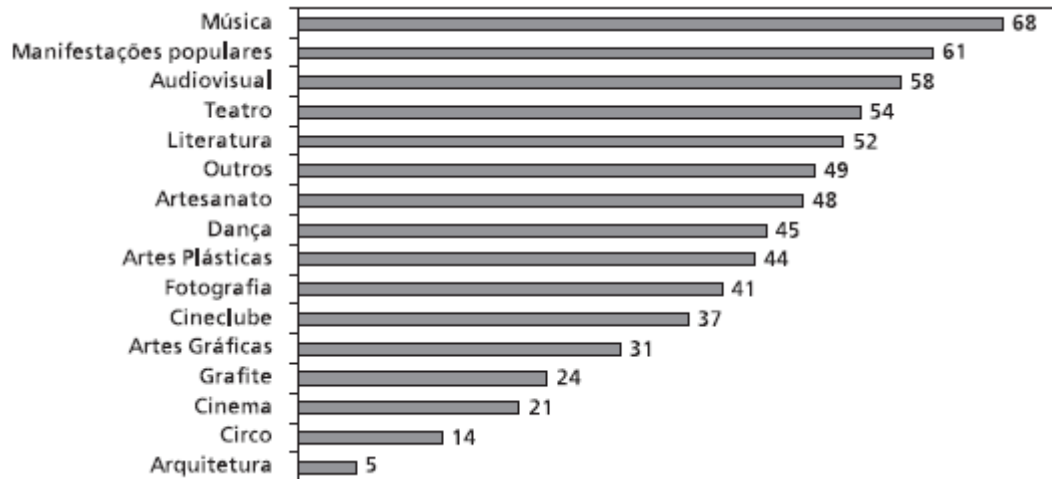
Fonte: IPEA, 2010.

Figura 11: Perfil das pessoas que trabalham nos Pontos de Cultura (em %).

Região	Feminino	Masculino	Remunerado	Voluntário	Total
Norte	42	58	43	57	100
Nordeste	47	53	56	44	100
Sudeste	50	50	70	30	100
Sul	50	50	52	48	100
Centro-Oeste	49	51	75	25	100
Total	48	52	63	37	100

Fonte: IPEA, 2010.

Outro aspecto diferencial da proposta conceitual do Programa Cultura Viva, além de proporcionar cultura para comunidades e localidades com dificuldades históricas de acessar políticas culturais, bem como serviços públicos básicos, refere-se ao estímulo de fortalecimento da diversidade cultural brasileira, buscando incentivar e fortalecer diferentes tipos de manifestações artísticas, frequentemente não contempladas por uma produção cultural *mainstream*. A Figura 12 mostra-nos o tipo de atividade cultural desenvolvida pelos Pontos de Cultura entre os anos de 2007 e 2008.

Figura 12: Atividades desenvolvidas nos pontos de cultura (em %).

Fonte: IPEA, 2010.

A Figura 13 indica o tipo de público-alvo mais frequentemente buscado pelas atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura.

Figura 13: Público-alvo do programa.

Região	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Norte	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Estudantes da rede pública
Nordeste	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Estudantes da rede pública
Centro-Oeste	Adolescentes e jovens adultos	Criança	Criança
Sudeste	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Criança
Sul	Estudantes da rede pública	Adolescentes e jovens adultos	Criança

Fonte: IPEA, 2010.

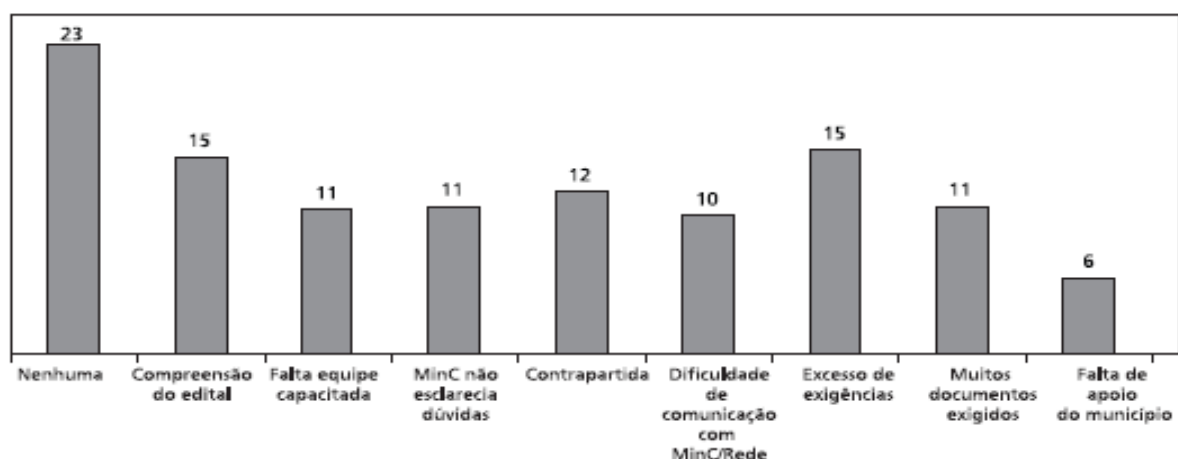
Além da preocupação em alcançar localidades marginalizadas e promover o estímulo e reconhecimento oficial a manifestações culturais historicamente sobrepujadas, o Programa Cultura Viva objetivava tornar-se um importante meio de promoção da cidadania. Para tanto, uma infraestrutura, ainda que mínima, fez-se necessária para que as pessoas envolvidas/contempladas pelos pontos de cultura vislumbrassem a possibilidade de exercício dessa cidadania, de um desenvolvimento como cidadão. Nesse sentido, a Figura 14 mostra-nos os tipos de espaços físicos mais frequentemente implantados nos pontos de cultura.

Figura 14: Espaços presentes nos Pontos de Cultura (em %).

Espaços físicos nos Pontos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Biblioteca	71	62	68	78	74	68
Discoteca	17	19	25	18	26	22
Briquedoteca	17	9	19	16	22	15
Salas de aula	67	84	86	89	93	85
Salas de exposições	58	62	68	67	67	65
Salas de projeção audiovisual	67	60	78	76	74	70
Ateliês	50	30	54	51	44	44
Laboratório de informática	54	70	73	58	78	69
Laboratório de fotografia	4	11	10	16	7	11
Estúdio de música	21	31	31	31	48	32
Auditório	58	44	59	69	52	54
Teatro/ Arena	25	22	41	47	37	34
Palcos tabladados	21	26	51	49	63	41
Quadra de esportes	29	10	33	27	37	24
Outros	63	58	61	49	63	59

Fonte: IPEA, 2010.

As duas últimas figuras selecionadas apresentam-nos algumas das dificuldades essenciais encontradas na implementação dos Pontos de Cultura no ano de 2007. A Figura 15 refere-se a dificuldades de ordem burocrática e administrativa, evidenciando os principais entraves verificados na relação do ponto de cultura com a estrutura maior do Poder Público. Por seu turno, a Figura 16 evidencia as maiores dificuldades enfrentadas pelos pontos de cultura para desempenharem suas atividades referentes ao contexto social em que se inserem.

Figura 15: Dificuldades verificadas na elaboração do projeto (em %).

Fonte: IPEA, 2010.

Figura 16: Dificuldades de acesso aos Pontos de Cultura.

Região	Não há dificuldades	O local do Ponto é violento	Não há transporte suficiente	Os transportes são caros	Outros
Norte	63	44	56	33	22
Nordeste	68	53	47	16	30
Sudeste	58	26	32	49	34
Sul	87	33	83	-	33
Centro-Oeste	44	7	33	47	40
Total	64	34	41	36	33

Fonte: IPEA, 2010.

5.3 Inferências e discussão

5.3.1 Testagem da hipótese e inferências a partir da primeira etapa da análise –

A ocorrência das palavras-chave no corpus da pesquisa

A partir das informações levantadas na primeira parte da análise, através da busca pelas palavras-chave selecionadas nos dois documentos oficiais estabelecidos como *corpus* de pesquisa, algumas inferências podem ser firmadas. Dentre as cinco palavras-chave definidas – desenvolvimento/desenvolver; inclusão/incluir; autonomia; emancipação; e protagonismo/protagonista – foram verificadas 22 ocorrências no primeiro documento analisado e 15 ocorrências no segundo. A palavra que mais vezes apareceu, tanto no primeiro como no segundo documento, foi desenvolvimento (com 16 ocorrências totais), seguida, respectivamente, das palavras autonomia (8), inclusão (7) e protagonismo (6). A palavra-chave emancipação não teve ocorrência em nenhum dos dois documentos analisados.

Outro aspecto a ser destacado quando comparamos os dois documentos refere-se ao fato de que, ainda que seja verificada uma pequena diminuição na ocorrência das palavras-chave do primeiro documento – documento esse de lançamento do Programa Cultura Viva, em 2004 – para o documento de avaliação do programa, realizado no ano de 2010, é possível perceber a manutenção da preocupação com as premissas estabelecidas quando do lançamento do programa. Em outras palavras, a partir da leitura dos dois documentos, bem como da análise da

ocorrência das palavras-chave e do sentido geral que orientou a redação de ambos os documentos, é possível perceber que as premissas definidas para a atuação do programa, em 2004, estavam solidamente presentes quando da sua avaliação em 2010.

5.3.2 Testagem da hipótese: verificação do conceito de desenvolvimento de Celso Furtado

Em relação ao aporte apresentado por Celso Furtado acerca do desenvolvimento observamos, no Capítulo 3, Furtado apontar que mais que um conceito afeito apenas às disciplinas econômicas, o desenvolvimento se relaciona com a possibilidade de realização das potencialidades humanas. Nesse sentido, ao analisarmos as ocorrências das palavras-chave no primeiro documento do *corpus* da análise, é possível verificar a preocupação do Ministério da Cultura em deixar registrado um entendimento que vai ao encontro do conceito amplo de desenvolvimento apresentado por Furtado.

A primeira ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, por exemplo, aponta que “o Ministério reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural. De modo geral, são três as dimensões interdependentes[...] a cultura como cidadania, direito assegurado na Carta Magna, nas declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano [...]”. A preocupação do Ministério da Cultura em proporcionar, através do Programa Cultura Viva, a possibilidade de desenvolvimento e realização das potencialidades humanas, nos termos de Furtado, pode ser verificada na terceira ocorrência da palavra-chave inclusão, do primeiro documento analisado: “[...] os Agentes Cultura Viva como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória [...]”; bem como na segunda ocorrência da palavra-chave autonomia: “desta forma, o programa estará contribuindo para a expansão do capital social brasileiro [...] mantendo-se aberto à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania”; e na terceira ocorrência da palavra-chave protagonismo: “o protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas

políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas”.

Além disso, é preciso lembrar que Furtado destaca dois aspectos importantes à análise do desenvolvimento. O primeiro refere-se à percepção do caráter estrutural do conceito. Em outras palavras, para a teoria furtadiana, a discussão acerca do desenvolvimento não pode estar descolada da estrutura social da sociedade analisada. O segundo refere-se à necessidade de alterar a forma com que o excedente econômico é distribuído.

Ambos os aspectos destacados por Furtado foram verificados quando da busca pelas palavras-chave no primeiro documento. No que se refere ao primeiro aspecto – a necessidade da análise sobre o desenvolvimento estar em sintonia com a estrutura social –, a segunda ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, por exemplo, reforça que a política cultural que se pretendia com o Programa Cultura Viva, no ano de 2004, partia do entendimento das profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira, ao destacar que “[...]o MINC estará envolvendo milhões de jovens no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que, certamente, reverterá em benefício de toda a sociedade brasileira, eis que atuando em favelas e ajudando a cicatrizar nossas explosivas feridas sociais”. Em relação ao segundo aspecto – a distribuição do excedente econômico – tal preocupação pode ser verificada, por exemplo, a partir da sexta ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, ao destacar que “num momento em que o combate à pobreza está ocupando o centro do debate político e econômico nacional, [...], o Governo Federal, em seus programas sociais, vem chamando a atenção para a cultura como importante fator de desenvolvimento social e econômico, como desenvolvimento humano”.

Passando para a análise do segundo documento e submetendo-o ao teste com os elementos aportados pela teoria de Celso Furtado, é possível verificar a preocupação do Ministério da Cultura em deixar registrado o seu entendimento de desenvolvimento como um processo abrangente às capacidades humanas. A sexta ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, por exemplo, afirma que “as políticas culturais se relacionam de forma íntima com a produção e circulação simbólica, devendo oferecer, também, recursos que possibilitem a ampliação dos espaços públicos para o autodesenvolvimento pessoal e coletivo [...]”. Tal entendimento pode, ainda, ser verificado na sétima ocorrência dessa mesma palavra-chave, que destaca:

“seja como for, as dificuldades apontadas devem chamar a atenção de outras políticas setoriais, para a percepção de que o acesso aos espaços públicos culturais deve ser tratado dentro dos quadros de um desenvolvimento integral da cidadania”.

Referente aos aspectos apontados por Furtado, relativos à consideração das condicionantes estruturais da sociedade em questão e à preocupação com a distribuição do excedente econômico, tais elementos mostram-se evidentes, também, no segundo documento quando, por exemplo, na primeira ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, na qual afirma-se que: “o desenvolvimento, por sua vez, significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria da qualidade de vida. Assim, deve ser medido pela distribuição dos recursos gerados, que permitem a apropriação e transformação do mundo, e por critérios como liberdade e equidade, os quais são determinados pela capacidade de uso, criação e recepção de recursos culturais objetivos”. A quinta ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, bem como a segunda ocorrência da palavra-chave protagonismo também trazem a preocupação com estes dois aspectos destacados por Furtado ao apontarem, respectivamente, que “[...] desenvolvimento é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política [...]” e “[...] fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais”.

5.3.3 Testagem da hipótese: verificação do conceito de desenvolvimento de

Amartya Sen

Em relação ao aporte apresentado por Amartya Sen acerca do desenvolvimento estudamos, no Capítulo 3, a expansão do conceito de desenvolvimento, quando o autor defende uma abordagem fundamentada na condição de agente dos indivíduos, na qual um verdadeiro processo de desenvolvimento consistiria na remoção das restrições que impedem o pleno exercício da condição de agente dos indivíduos. É preciso pontuar ainda que, assim como a abordagem defendida por Celso Furtado, também Amartya Sen aborda o caráter estrutural do desenvolvimento, quando destaca que as liberdades individuais são diretamente influenciadas pelas disposições sociais.

Constatamos também que o aspecto das capacidades é central para o conceito de desenvolvimento de Sen. Para o autor, a expansão das capacidades dos indivíduos é um elemento fundamental para a apreensão do desenvolvimento. Em outras palavras, é preciso levar em consideração se os indivíduos têm disponíveis as condições mínimas necessárias para se desenvolverem como seres humanos. É exatamente aqui que reside o caráter inovador do olhar de Sen para a pobreza. Segundo o autor, mais do que uma abordagem superficial a partir da variável renda, a pobreza precisa ser entendida como uma privação de capacidades.

Nesse sentido, ao analisarmos as ocorrências das palavras-chave no primeiro documento do *corpus* da análise, também é possível verificar a preocupação do Ministério da Cultura em registrar uma concepção que vai ao encontro do conceito amplo de desenvolvimento apresentado por Sen.

A segunda ocorrência da palavra-chave desenvolvimento, por exemplo, reflete a percepção, por parte do Ministério da Cultura, das profundas desigualdades sociais brasileiras e a necessidade de alcançar localidades marginalizadas, onde as restrições à condição de agente se avolumam: “por meio do Programa Cultura Viva, o MINC estará envolvendo milhões de jovens no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que, certamente, reverterá em benefício de toda a sociedade brasileira, eis que atuando em favelas e ajudando a cicatrizar nossas explosivas feridas sociais”.

Além disso, no que se refere à expansão da condição de agentes dos indivíduos, preconizada por Sen, a terceira ocorrência da palavra-chave inclusão deixa clara esta preocupação do Ministério, quando afirma que “[...] os Agentes Cultura Viva, como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória [...]”. Da mesma forma, a preocupação com a condição de agente dos indivíduos pode ser verificada na primeira e na quarta ocorrências da palavra-chave autonomia, quando afirmam, respectivamente, que “Isto é autonomia, poder. Ao contrário de capacitar as pessoas, apenas, para aprender a “mexer” nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretende-se que, nos Pontos de Cultura, elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação” e “Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural”.

Quando passamos à análise das palavras-chave do segundo documento e à sua verificação relativa às ideias aportadas pela teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, também é possível constatar uma correlação entre os objetivos expressos no segundo documento e os aspectos destacados por Sen. Isso fica claro, por exemplo, ao analisarmos a primeira e a quinta ocorrências da palavra-chave desenvolvimento, respectivamente: “o desenvolvimento, por sua vez, significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria da qualidade de vida. Assim, deve ser medido pela distribuição dos recursos gerados, que permitem a apropriação e transformação do mundo, ou por critérios como liberdade e equidade, os quais são determinados pela capacidade de uso, criação e recepção de recursos culturais objetivos” e “[...] desenvolvimento é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política [...]”. Ambas as passagens reforçam a preocupação estatal na busca por uma transformação do contexto social, visando uma melhor distribuição de recursos, o que possibilitaria um aumento das condições e do fortalecimento da atuação de agente dos indivíduos de comunidades marginalizadas e com histórico de restrições de liberdade e oportunidades.

Da mesma forma, o objetivo de uma atuação estatal mais próxima da sociedade civil, a partir do estabelecimento de um desempenho compartilhado através das políticas culturais – materializada no Programa Cultura Viva – com vistas a uma inclusão social e o fortalecimento da condição de agente dotado, cada vez mais, de autonomia, pode ser verificada na segunda ocorrência da palavra-chave inclusão e na segunda ocorrência da palavra-chave protagonismo, respectivamente: “Em um quadro de carência da presença do setor público e de equipamentos que estimulem o desenvolvimento da cultura e das práticas a ela relacionadas [...], fica evidente que a forma organizacional que associa Estado e sociedade civil é flexível e capaz de gerar processos de inclusão cultural e social” e “[...] Objetivos: fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais”.

Portanto, após confrontar as ocorrências das palavras-chave em ambos os documentos selecionados para o *corpus* da pesquisa, é possível concluir que o Estado brasileiro, a partir do Ministério da Cultura, passou a pautar a política cultural em um

conceito amplo de desenvolvimento, nos moldes das teorias defendidas tanto por Celso Furtado como por Amartya Sen, confirmando a hipótese estabelecida no início da pesquisa.

5.3.4 Inferências e discussão a partir das informações levantadas na segunda etapa da análise – Os dados empíricos levantados pela avaliação do Programa Cultura Viva

Conforme estabelecido nos aspectos metodológicos desta pesquisa, considerando que nosso objetivo geral partiu de uma contraposição entre, de um lado, conceito e, de outro, suas implicações práticas nos resultados verificados quando da avaliação realizada no Programa Cultura Viva, dividiu-se a análise acima em duas etapas. Na primeira etapa buscou-se verificar se era possível identificar a presença de um conceito ampliado de desenvolvimento nas premissas adotadas e implementadas pelo Ministério da Cultura através do Programa Cultura Viva. Confirmou-se, então, tal hipótese acima, através da identificação de palavras-chave selecionadas, realizada na seção anterior.

Uma vez verificada a ocorrência de um conceito amplo de desenvolvimento a pautar as premissas do Programa Cultura Viva, cabe, a partir de agora, prosseguir às inferências segundo dados levantados na segunda parte da análise para, desta forma, realizar a discussão proposta pelo objetivo geral, qual seja, estabelecer um debate acerca das implicações práticas na inclusão social, proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do referido Programa.

A premissa fundamental do Programa Cultura Viva pode ser descrita, de maneira resumida, como uma tentativa de estabelecer uma relação mais próxima entre Estado e sociedade civil, em que ao primeiro caberia a implementação de ações culturais e investimentos a partir das demandas estabelecidas pelo segundo. Esta gestão compartilhada das políticas culturais teria como finalidade reconhecer e incentivar a diversidade cultural brasileira, ao mesmo tempo em que transformaria a política cultural em um eficiente meio de promoção das políticas sociais preconizadas pelo Governo Lula I, que objetivava alcançar uma enorme parcela da população

localizada em comunidades, até então, com histórico déficit dos mais básicos serviços públicos.

Nesse sentido, a descentralização das ações culturais foi, desde o início, um objetivo destacado pelo Ministério da Cultura, que pretendia alcançar uma melhor distribuição dos investimentos culturais, historicamente concentrados nas regiões metropolitanas da região sudeste do país. A Figura 7 nos mostra a distribuição dos Pontos de Cultura nos anos de 2007 e 2008, registrando o sucesso do programa em alcançar localidades distantes dos principais centros urbanos. Mesmo que fosse possível registrar ainda uma considerável ocorrência de pontos de cultura na região sudeste, não se pode deixar de verificar uma ocorrência significativa de pontos de cultura em outras regiões como nordeste e sul, por exemplo.

O Programa Cultura Viva buscava partir de demandas da própria sociedade civil, garantindo, dessa forma, maior organicidade com o contexto em que as atividades seriam desenvolvidas. As Figuras 8 e 9 refletem essa preocupação, ao demonstrar que quase 70% das pessoas que trabalhavam nos pontos de cultura em 2007 pertenciam à comunidade em que o ponto de cultura desempenhava suas atividades. Além disso, restou claro que a maior parte dos pontos surgiu a partir da atuação anterior de associações da sociedade civil. Da mesma forma, a informação trazida na Figura 10, de que quase 70% das pessoas que frequentavam as atividades dos pontos de cultura em 2007 pertenciam à comunidade, nos permitiu inferir que o Programa Cultura Viva, a partir dos pontos de cultura, conseguiu alcançar importantes resultados no que se refere à mobilização social nas comunidades onde as atividades eram desenvolvidas.

A Figura 12, por sua vez, mostrou-nos os diferentes tipos de atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura. Assim, é possível perceber que ações culturais nos campos das manifestações populares, literatura, artesanato e fotografia, por exemplo, registraram um expressivo percentual de ocorrência, fazendo frente a atividades culturais que possuem, historicamente, maior apelo junto ao público, como, por exemplo, atividades nos campos da música, audiovisual e teatro. Logo, pode-se inferir que, no aspecto do fortalecimento da diversidade cultural, o Programa Cultura Viva foi capaz, pelo menos até o ano de 2007, de efetivar uma diversificação das atividades culturais, buscando superar a concentração de investimentos em eventos culturais que possuem mais fácil apelo comercial e de público e, conseqüentemente,

maiores facilidades de conseguir financiamentos e, efetivamente, a realização do evento.

Viu-se que o objetivo proposto pelo Programa Cultura Viva, em uma perspectiva ampla, visava transformá-lo em um eficiente meio de implementação de uma política social, capaz de alcançar comunidades historicamente marginalizadas, levando o Estado, através da promoção de serviços públicos, a localidades, até então, de difícil acesso. Em outras palavras, o Estado buscou expandir a promoção da cidadania, promovendo estruturas – os pontos de cultura – que, mesmo com uma dimensão limitada, fossem capazes de incrementar as capacidades das populações em localidades marginais, fortalecendo sua condição de agente e, conseqüentemente, abrindo espaço para o surgimento de um protagonismo social. Nesse sentido, a Figura 14 mostra-nos os diferentes espaços físicos mais frequentemente encontrados nos pontos de cultura em 2007. Dentre eles, podem ser destacados as salas de aula, com o maior número de ocorrências totais, seguidas, respectivamente, por salas de projeção audiovisual, laboratórios de informática e bibliotecas. Assim, é possível concluir que o Programa Cultura Viva foi capaz de proporcionar estruturas físicas importantes para o fortalecimento da educação, bem como da integração social, elementos esses fundamentais para o supracitado aumento das capacidades e incremento da condição de agente dos indivíduos.

Por outro lado, da mesma forma como a Figura 7 evidenciou que o Programa Cultura Viva encontrava limitações, no ano de 2007, para aumentar sua capacidade de atuação na região norte do país, por exemplo, as Figuras 15 e 16 apontaram outras duas dificuldades verificadas quando da avaliação do programa. A Figura 9 indicou que, ainda que 23% dos pontos de cultura declarassem, em 2007, não encontrar dificuldades burocráticas para a realização de suas atividades, bem como na relação com entes públicos, 15% dos pontos de cultura declaravam enfrentar problemas de compreensão de edital, enquanto outros 15% afirmavam dificuldades com o excesso de exigências na relação com a administração pública. Tal aspecto já era previsto, uma vez o Programa Cultura Viva passava a conciliar, por um lado, o processo típico dos ritos da administração pública e, por outro lado, o fazer cultural, com seu processo diferenciado de criação e produção – aspecto esse, inclusive, destacado por Célio Turino, quando da avaliação inicial do Programa Cultura Viva. Ainda assim, demonstra a identificação de um ponto a ser trabalhado na evolução de uma gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, em um processo de mútuo aprendizado.

Finalmente, enquanto a Figura 15 referiu-se a dificuldades que podem ser caracterizadas como de ordem interna, uma vez que consideram aspectos burocráticos e administrativos, a Figura 16 nos fez refletir acerca de aspectos de ordem externa. Nela, é possível verificar que aspectos estruturais como, por exemplo, a violência das localidades onde os pontos desempenham suas atividades, bem como dificuldades relativas ao transporte público, aparecem como os principais elementos que atrapalham o exercício das atividades culturais dos pontos de cultura. Tal constatação reforça a necessidade de se pensar na articulação das políticas culturais com outras iniciativas estatais que busquem, através da expansão dos serviços públicos nessas localidades, a promoção de melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa parte do reconhecimento da centralidade da cultura como uma esfera incontornável da essência humana. A partir de 2003, o Brasil passou a vivenciar uma nova forma de se abordar a cultura, momento em que tal campo começa a receber uma importância superior ao que se verificava historicamente na área até então. A partir daquele ano, as políticas culturais implementadas, notadamente através de iniciativas inovadoras como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, se transformaram em um instrumento privilegiado de ampliação da cidadania, unindo inclusão social e desenvolvimento.

Nesse sentido, o propósito da pesquisa foi reunir informações acerca das políticas culturais no Brasil, bem como a maneira com que se deu a sua evolução, que nos fornecessem elementos suficientes para realizar um debate acerca das implicações práticas na inclusão social proporcionada pela ampliação do conceito de desenvolvimento na formulação do Programa Cultura Viva. Partimos da hipótese de que o Programa Cultura Viva, consolidado no governo Lula I, diversificou as demandas culturais do Brasil a partir da adoção de um conceito ampliado de desenvolvimento, proporcionando maior amplitude aos projetos regionais e conectando cultura ao desenvolvimento inclusivo no país.

Como objetivos específicos, procurou-se descrever o histórico do Ministério da Cultura; debater a política cultural implementada pelo Governo Lula I; apresentar o Programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura; e revisar o referencial teórico acerca do conceito ampliado de desenvolvimento a partir dos aportes teóricos de Celso Furtado e Amartya Sen. A realização dos objetivos específicos nos proporcionou os elementos necessários para a realização do debate proposto no objetivo geral.

A escolha de Celso Furtado e Amartya Sen para comporem o referencial teórico se deu uma vez que, de um lado, Furtado é notoriamente uma referência obrigatória para o estudo do desenvolvimento, sobretudo em um contexto de dependência econômica. Além disso, Furtado possui estreita relação com o campo das políticas culturais, tendo atuado como ministro da cultura e sendo responsável por importantes medidas para a estruturação e fortalecimento deste ministério. Por outro lado, Amartya Sen é reconhecido por sua importante contribuição ao estudo do desenvolvimento,

notadamente a partir da sua inovadora abordagem do desenvolvimento como liberdade. Assim, ambos os autores são responsáveis por aportes teóricos que contribuíram sobremaneira para a expansão da compreensão do conceito de desenvolvimento.

Uma vez que nosso objetivo geral partiu de uma contraposição entre, de um lado, conceito e, de outro, suas implicações práticas, a análise foi dividida em duas etapas, sendo a primeira relacionada ao conceito e a segunda relacionada aos resultados práticos. Na primeira etapa da análise, buscamos identificar, nos dois documentos oficiais selecionados para o *corpus* da pesquisa, a ocorrência de um conceito ampliado de desenvolvimento, nos moldes das teorias defendidas tanto por Celso Furtado como por Amartya Sen. Já na segunda etapa da análise, buscamos alguns resultados empíricos alcançados pelo Programa Cultura Viva após os primeiros anos de sua implementação.

As informações encontradas nas duas etapas da análise nos forneceram subsídios para o debate proposto no objetivo geral. Vimos, na primeira etapa da análise, que foi possível verificar a adoção de um conceito ampliado de desenvolvimento, nos moldes apresentados por Celso Furtado e Amartya Sen, a pautar a atuação do Ministério da Cultura. Sua principal ação, o Programa Cultura Viva, materializou o objetivo de aproximar Estado e sociedade civil, em um esforço por garantir o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, bem como por alcançar camadas sociais com históricas dificuldades de acessar não apenas os frutos de uma política cultural mais abrangente, como, na maior parte dos casos, os serviços públicos mais elementares.

Através das informações levantadas na segunda parte da análise, foi possível verificar que no ano de 2007 – ou seja, apenas poucos anos após sua implementação – o Programa Cultura Viva registrava interessantes resultados, principalmente no que se referia a alcançar outras regiões do país além da região sudeste, bem como no que dizia respeito à diversificação das ações culturais implementadas, além de conseguir uma significativa participação das comunidades nas atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura.

Logicamente, várias dificuldades foram também registradas como, por exemplo, o reduzido número de pontos de cultura, no ano de 2007, na região norte do país – comparativamente às demais regiões –, bem como as dificuldades relacionadas

a fatores externos, como a violência urbana e as dificuldades com transporte público, por exemplo. Ainda assim, tais aspectos confirmam a percepção de que o programa, apenas poucos anos após sua criação, já se afirmava como um importante instrumento de promoção da cidadania e inclusão social.

Antes, contudo, de finalizar a presente dissertação julga-se necessário pontuar, ainda que fuja do período de análise destacado na metodologia apresentada no Capítulo 2, que o Programa Cultura Viva deixa de ser, em 2014, um programa de governo, alcançando, através da Lei 13.018⁷ de 22 de julho de 2014, o status de programa de estado.

Desta forma, julgamos que a presente pesquisa contribuiu para refletir acerca da importância do papel das políticas culturais, notadamente através do Programa Cultura Viva, como um importante instrumento para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão social, sobretudo pelo reconhecimento da diversidade cultural brasileira, bem como pelo caráter abrangente e inclusivo que caracterizaram o programa.

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm

REFERÊNCIAS

- D'AGUIAR, Rosa Freire. **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, p. 73-83, 2001.
- BRASIL. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. Brasília: 3 ed, 2010.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí: Paco, 2018.
- CHAGAS, Fernando Luís Silva; FILHO, Adilson Vaz Cabral. Percepções sobre as políticas públicas culturais no Brasil, a partir do governo Lula. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. et al. **Política Cultural**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. **Crítica y emancipación**, v. 1, p. 53-76, junio, 2008.
- DIAS, Caio Gonçalves. **A Cultura que se Planeja: políticas culturais do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FURTADO, Celso. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. In: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). **Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- IPEA. **Cultura Viva**: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania. Brasília, 2010.
- LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1975.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador. Edufba, 2007.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TURINO, Celio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 5 ed, 2015.